

ESTUDOS

SOBRE

AS PROVINCIAS ULTRAMARINAS

POR

JOÃO DE ANDRADE CORVO

Socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisbon

Volume IV

LISBOA

POR ORDEM E NA TYPOGRAPHIA

DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS

1887

ESTUDOS

SOBRE

AS PROVINCIAS ULTRAMARINAS

POR

JOÃO DE ANDRADE CORVO

Socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa

Volume IV

LISBOA

POR ORDEN E NA TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS

1887

ESTUDOS

SOBRE

AS PROVINCIAS ULTRAMARINAS

ESTUDOS

SOBRE

AS PROVINCIAS ULTRAMARINAS

COLONIAS ASIATICAS

A INDIA

As viagens de descobrimento pela costa oriental da Africa, tinham chegado até ao rio do Infante; estava dobrado o Cabo da Boa Esperança por Bartholomeu Dias, mas não era conhecido o caminho da India e o rei de Portugal queria esse caminho, para que viessem por elle a Lisboa as especiarias que faziam a riqueza do Mediterraneo.

O rei de Benin, da costa occidental da Africa, informou el-rei D. João II que, para os lados do oriente, havia um rei christão, chamado o Preste João: concluindo, d'estas e d'outras informações, que o Preste João era rei da India, D. João II mandou commissarios para irem informar-se e trazerem-lhe a noticia, e ao mesmo tempo fallou com Janinfante, um estrangeiro tratante que muitas vezes vinha a Lisboa e muito sabia da arte de navegação, para ir em quatro caravellas pela costa de Benin e proseguir a

viagem para dobrar o Cabo da Boa Esperança. O mar não permittiu a Janinfante proseguir a viagem, porque as caravellas eram pequenas e, quando se acabaram os mantimentos, voltou para Lisboa e disse a el-rei o que lhe succedera e que eram precisos navios grandes que permittissem navegar pelo mar largo, para descobrir o rumo d'aquellas terras que parecia serem mui grandes. El-rei encarregou Janinfante de fazer á sua vontade os navios, e mandou cortar boas madeiras que foram trazidas a Lisboa. Andando n'esta labutação de construir os navios Janinfante adoeceu e morreu. El-rei tambem por este tempo morreu.

D. Manuel, o seu herdeiro, tomou o mesmo empenho de descobrir o caminho da India, e encarregou d'isto Vasco da Gama, que partiu para a India n'uma armada de tres naus: S. Raphael, S. Gabriel, e S. Miguel. Cada nau levava oitenta homens.

A armada, depois de varia fortuna, dobrou o Cabo da Boa Esperança e por fim chegou a Moçambique, onde o Xequê lhe mandou dois pilotos para os conduzir á India. Os pilotos porém eram traiçoeiros ou ruins; e só em Melinde Vasco da Gama achou amizade e recebeu bons pilotos que o conduziram a Calecut.

O caminho da India pelo Cabo da Boa Esperança estava descoberto; e os portuguezes buscaram encetar relações commerciaes e destruir o com-

mercio que estava estabelecido com a Europa, por meio dos mouros e venezianos. Os mouros, sentindo o perigo que os ameaçava, tramaram em toda a India varias insidias contra os portuguezes; e isto durou assim até que um grande capitão, Affonso de Albuquerque, por toda a parte os guerreou e estendeu as conquistas portuguezas pela costa da India.

O tempo das conquistas e grandeza do dominio portuguez foi este. Malaca e as ilhas de Moluco caíram sob a espada de Affonso de Albuquerque e egualmente Ormuz, cuja posição maravilhosa domina o Golfo Persico. Na bocca do estreito do mar Vermelho a ilha de Sacotoro foi conquistada. Assentou em Goa o governo portuguez e deu-lhe assim uma solida existencia.

O dominio portuguez estendia-se pela costa da Asia, mas não penetrava além da costa. O commercio era a exclusiva preocupação dos conquistadores, e bastavam-lhe as praças e feitorias que se estendiam á beira mar. Malaca, Moluco, Passem, Coilão, Calecut, Cananôr, Codogun, Chaul, Dabul, Ormuz, etc., eram pontos em que as feitorias se achavam estabelecidas e preparavam as cargas para as naus que do reino a iam todos os annos buscar.

Affonso de Albuquerque, voltando de Ormuz onde levantara fortaleza, adoeceu e morreu. A sua morte foi signal de rapida decadencia do nosso do-

minio da India. A cubiça e o exemplo dos reis commerciantes, monopolisadores, especulando com as prezas no mar, desmoralisaram os fidalgos, que se armavam por conta propria para tomarem e roubarem os navios dos mouros. Os capitães dos presidios perderam a subordinação e tornaram-se mais ou menos independentes. E tudo entrou em decadencia, apenas minorada pelo rigido governo do celebre D. João de Castro.

No reinado dos Filippes as invasões dos hollandezes fizeram-nos perder grande parte das nossas feitorias, e esses logares importantes para o commercio foram disputados por diversos navegadores, principalmente pelos inglezes, e passaram a ser de quem os conquistava, ficando-nos na mão apenas Goa, Damão, Diu, Macau na China, Solor e Timor na Oceania. Da immensa região onde o nosso monopolio commercial se exercia ficamos só com os pontos designados aqui.

Além do mais, os habitos do commercio mudaram, os monopolios desappareceram, e foi o commercio livre quem dominou no mundo. O nosso systema antigo não podia persistir contra a opinião e os usos de toda a gente. O nosso dominio desappareceu, porque tinha realmente que desapparecer. Não foram unicamente as desgraças que produziram a nossa decadencia, foi uma lei economica a que não soubemos e não quizemos obedecer.

GOA

I

No fim do seculo xvii o estado dos nossos negocios na India era deploravel. Em 1745 faziam-se numerosas consultas para saber o modo de regular a receita com a despeza, já pelo augmento das rendas publicas, já pela suppressão de tribunaes. A receita era inferior ás despesas em 700:000 xerafins, orçando ainda, apesar da diminuição do commercio e da falta de praças e feitorias perdidas, em perto de 600:000 xerafins a receita arrecadada. A principal razão de não chegar a receita para a despeza era a pessima administração da fazenda, e os numerosos e desnecessarios tribunaes que persistiam na India Portugueza. A igreja tambem absorvia muitos rendimentos e contribuia para o empobrecimento da India, que por este tempo havia perdido as provincias do norte pela invasão dos maratas.

Já em 1704 o estado tinha recorrido aos dizimos para acudir á falta de receita, mas as queixas dos clérigos, que suppunham este imposto pertencente á igreja e os escrúpulos do monarcha, haviam posto cobro a este recurso. Em 1745 resurgiu a mesma idéa, mas inutilmente.

Desde 1685 quiz D. Pedro II salvar o commercio da Asia por meio de uma companhia, á imitação das companhias inglezas, hollandezas e francezas: mas esqueceu diffinir bem os exclusivos concedidos á companhia, não se designou o capital, as obrigações dos directores, a sua escolha, etc.

Fizeram-se depois ensaios sobre a instituição de outras companhias, mas o tempo das companhias era passado e todos os ensaios portuguezes foram desastrados e estereis.

Nos primeiros annos do presente seculo a decadencia não parou, apesar de algumas victorias ganhas aos mouros. O movimento liberal de 1820 deu, na India, origem á anarchia desordenada. Uma triste quadra de revoltas, foi apenas minorada por algumas obras de utilidade publica. Uma estrada que rompeu os Gates, uma ponte em Ribandar, a villa de Pangim, melhoramentos na justiça e na administração economica, dão lustre aos governadores da India.

II

A nossa actual colonia indiana fórma um todo composto da ilha de Goa, de Salsete e Bardez, e das denominadas Novas Conquistas, separada do resto do continente da India pela elevada cordilheira dos Gates; pelo occidente o mar banha todo este territorio.

Além d'este territorio ficam as praças de Damão e Diu, sobre a mesma costa, isoladas, porém, e formando corpos á parte e separados de Goa.

Os rios e esteiros navegaveis em Goa são em numero consideravel e põem em communicação, nas marés cheias, as diversas porções de territorio.

O territorio, comprehendido entre a linha dos Gates e o mar, é, geralmente, fertil, dando abundantemente varios fructos.

Nas Velhas Conquistas, isto é em Bardez, Sal-

sete e Ilhas, situadas á beira mar, existe uma população aproximada de 251:000 moradores.

É aqui que se encontra uma das mais antigas e curiosas instituições de propriedade que fixam a nossa attenção. As *comunidades agrarias* são, mais ou menos, vastas propriedades possuidas em commum por uma associação exploradora. A origem das comunidades foi a de tribus ou grupos de familias que atravessaram os Gates para vir estabelecer-se n'aquelles territorios á beira mar. Cada grupo tomou posse de terrenos e os explorou em commum; sob a direcção de chefes de familia (*chefes de vanguarda*) a que depois deram o nome de *gancares*, ou senhores de aldea. Estes *gancares* constituem uma aristocracia; eram elles que governavam a cultura em commum, cujos productos eram repartidos por todos os associados. Para sustento do culto religioso foram destinados certos terrenos. Aos servidores da comunidade, concedeu-se o usufructo de predios e campos que se chamavam *namoxins*.

Posteriormente, novos adherentes vieram solicitar dos *gancares* admissão na associação. Não podendo ser admittidos ao que pediam, concedeu-se-lhes a cada um algumas varas de terra, mediante uma retribuição em *fóro perpetuo*: como os braços não eram sufficientes para a cultura dos vastos terrenos possuidos pelos *gancares*, chamaram-se novos colonos estranhos, chamados *culacharins*, a quem

se confiou a funcção de colonos cultivadores. As terras da communidade dividem-se em tres lotes: um para o culto; outro para beneficio dos *gancares*; e o terceiro para sustentação e salarios dos *culacharins*. Do segundo lote é que se destinaram terras para aforamento *in perpetuum*, e outros para foros temporarios com arrendamentos a curto prazo. Os *gancares* tiveram um patriciado, que se não podia perder, e a quem pertencia exclusivamente a gerencia dos negocios communs.

Um soberano, cobrando das *gancarias* um tributo, dado por livre vontade, tomou a protecção dos interesses politicos d'aquelle territorio, nomeou os *tanadares* ou magistrados administrativos com funcções judiciaes e as camaras geraes, nas diversas provincias, que taxavam os seus interesses e julgavam certas causas crimes. Seguiu-se a isto uma época de numerosas invasões de musulmanos, nas quaes foi preciso gastar sommas consideraveis, que as *gancarias* obtiveram por emprestimos feitos pelos foreiros e rendeiros. Os titulos emitidos garantiam o direito de participar dos interesses sociaes, mas com responsabilidade nos lucros e prejuizos. A gerencia dos bens continuou comtudo a cargo dos *gancares*. Por fim a victoria ficou aos invasores musulmanos, e estes apenas pediram um ligeiro augmento nos tributos, deixando livre a administração da propriedade communal. O principio de equi-

dade proclamado no alcorão contradizia o principio de desigualdade que a doutrina brahmanica proclamava nas *contas*; e d'ahi resultou a lucta entre *calacharins* e *gancares* na gerencia dos negocios da administração dos bens communs.

O imperio musulmano durou pouco tempo e succedeu-lhe o dominio portuguez pela conquista de Affonso de Albuquerque. O dominio conquistado pela espada foi firmado pela politica; Affonso de Albuquerque buscou crear alliados nos povos hindús. O regimen das communidades foi mantido, uma terça dos impostos existentes foi abolida, e os bens que pertenciam aos musulmanos foram sequestrados e, em seguida, dados aos portuguezes que contrairam matrimonio com mulheres hindús.

Poucos annos depois um foral, promulgado em 1526, resumindo o fundamento das associações communaes, affirmava ao governo o direito de intervir na gerencia d'estas associações, e de regular as suas relações com a auctoridade; o que cerceava a liberdade e independencia dos *gancares*.

A esta seguiram-se muitas medidas que modificavam profundamente a natureza das communidades, cerceando-lhes os seus direitos primitivos e restringindo-lhes as suas liberdades. Os *gancares*, tendo só voz nas arrematações de arrendamentos dos haveres da communidade, conseguiam por conluio tomar de arrendamento as terras por preço insigni-

cante para depois de sua mão as subarrendar com eneficio proprio. As queixas multiplicaram-se, os abusos cresceram, e por fim um regimento de 1735 auctorisou os *cuntocares* a licitar, mas pela voz de um *gancar*.

Um decreto, hoje revogado, publicado em 1882, determina que a gerencia das communidades agricolas seja confiada a uma junta administrativa não retribuida, nomeada, quasi sempre, pelo governo, sob proposta do tanadar-mór a que chama administrador. As propriedades da communidade são arrendadas em praça, licitando *gancares* e interessados, mas estes por voz de um *gancar*. Os pleitos entre as communidades e qualquer dos seus membros pertence ao governo resolvel-os, etc. O receptor é responsavel *in totum* pelo pagamento da renda. A propriedade territorial da communa é inalienavel e as rendas repartem-se segundo a velha pratica.

As communidades são uma das formulas mais curiosas das associações. São associações cooperativas, que a lei tem transtornado, alterando a sua natureza primitiva, mas que ainda conservam muitos dos seus caracteres fundamentaes e se devem conservar com modificações que afastem os abusos, que lhe alteram a organização primitiva e afastem as suas naturaes consequencias. A divisão da propriedade em pequenos lotes, arrendados pelo praso ma-

ximo de tres annos, afasta a boa cultura que produz melhoramentos no solo, e é assim prejudicial ao estado e aos interesses das communidades. A este systema conviria antes substituir outro que mudasse o systema de exploração. N'este sentido propoz o sr. Teixeira Guimarães um projecto que merece seria attenção, mas que foi ultimamente desattendido pelas corporações chamadas a dar sobre elle o seu parecer. No projecto do sr. Teixeira Guimarães propõe-se a fusão das communidades contiguas a fim de constituirem associações bastante ricas, para, com o auxilio do credito, realisarem a sua transformação industrial. As propriedades deviam ser exploradas por conta directa das associações, empregando-se na cultura os processos mais aperfeiçoados que a sciencia conhece. Isto, porém, não poderia realisar-se senão por uma transformação relativamente lenta.

Abolir de golpe o systema actual produziria uma crise, em uma classe de intermediarios, que arrematam as rendas para depois procederem, de sua mão, a sub-arrendamentos. Para evitar a crise para estes intermediarios, o projecto propõe que, das terras a arrendar, se separe um terço da area total para a comunidade n'elle fazer a cultura por propria conta. Por esta fórma no fim de nove annos todas as terras seriam exploradas pelas communidades. A creação de uma boa escola agricola e a larga re-

muneração dos agentes technicos completa o projecto.

Salvo modificações, que a experiencia iria ensinando, o projecto do sr. Teixeira Guimarães satisfaz ás condições essenciaes para assegurar a transformação racional das communidades; e essa transformação é essencial, para tirar do fatal entorpecimento, em que se definha, a agricultura indiana.

III

As comunidades são uma das fórmulas mais curiosas da propriedade territorial, e que tem maior extensão nas Velhas Conquistas. No seu estado actual, as comunidades são uma causa do atraso agrícola, impedem todo o melhoramento e, só alterando-lhe as bases, se poderá conseguir a necessária transformação do solo e das culturas. E, sem essa transformação, não se conseguirá o natural enriquecimento da Índia. Ha, porém, interesses poderosos que trabalham para a manutenção do que está com todos os seus erros e abusos, uns porque lucram com esses abusos, outros por temerem bulir no que está e que tem por si a tradição.

O atraso da agricultura nas Velhas Conquistas mantém o atraso da agricultura nas Novas Conquistas, menos habitadas e mais atrasadas do que

as Velhas Conquistas: d'aqui resulta a paralisação total da agricultura em toda a India portugueza.

A industria está por toda a parte morta; a agricultura, como acabamos de ver, entorpecida. Nada restava á velha India para a despertar da sua caduca letargia.

O commercio, na época da conquista, era monopolio do estado e se apoiava na espada. Este monopolio matava todo o commercio livre, e afugentava os indigenas da idéa de tentarem transacções de qualquer ordem. Quando, porém, o commercio official acabou, não ficaram na India nem habitos nem tradições de commercio, e este estabeleceu-se por meio das companhias estrangeiras que tomaram o lugar de dominadores, que nós occupámos por dois seculos. A India portugueza faz notaveis importações para o proprio consummo, inclusivamente productos agricolas, que as suas terras naturalmente podiam produzir em abundancia. As medidas mais severas se empregaram no seculo passado para promover a agricultura; mas tudo foi inutil. Nem mesmo o arroz, que se produz naturalmente e em grande abundancia nas terras de Goa, se conseguiu produzir em quantidade necessaria para satisfazer ao consummo.

A industria fabril quasi não existe, pois não vale a pena mencionar alguns ensaios infructiferos que se tem feito em diversos sitios. Os habitos não es-

tão creados nem os mercados estabelecidos, apesar dos esforços por varias vezes empregados.

As receitas publicas mostram uma tendencia a diminuir, como se vê da tabella seguinte:

1868-69.....	884:807\$475
1869-70.....	884:998\$225
1870-71.....	997:522\$210
1871-72.....	1.197:123\$089
1872-73.....	974:722\$580
1873-74.....	881:458\$659
1874-75.....	874:808\$609
1875-76.....	872:470\$387
1876-77.....	838:325\$624
1877-78.....	850:490\$747

Nos ultimos annos, de 1871-72 a 1877-78, a diminuição é evidente. As causas d'essas differenças são principalmente;

A consideravel e progressiva diminuição da renda dos dizimos, que, havendo no anno de 1867-68 attingido a somma de 313:417\$780 réis, se foi reduzindo á cifra de 195:089\$037, totalidade do rendimento no anno de 1875-76;

A cessação dos rendimentos da grande porção de predios nacionaes que foram vendidos, empregando-se o seu producto, por força das circumstancias, no pagamento das despezas ordinarias e obrigatorias;

A cessação dos rendimentos dos foros dos prazos da corôa remidos em virtude da carta de lei de 10 de junho de 1867, que por igual motivo não foram convertidos em inscripções de divida publica;

A escassez dos cereaes, devida a continuadas e variadas alterações meteorologicas, que tem produzido, ha alguns annos, a falta ou deficiencia das aguas em tempo opportuno;

As excitações que tem abalado, por mais de uma vez, a praça e o commercio na cidade de Bombaim e na India Ingleza;

Finalmente o contrabando a que difficilmente se poderá oppor obstaculos na extensa raia.

Este estado decadente dos rendimentos publicos fazia-se sentir e tornou difficil a vida publica e a gerencia da fazenda.

IV

No seu relatório de 1879 o governador apresenta um resumo da produção agrícola do estado da Índia, e por este vê-se que faltam até alguns productos que podiam ali prosperar e outros são em pequena quantidade. Esse resumo é o seguinte:

	Cumbos	Candis	Mãos
Areca.....	227	19	17
	Cumbos	Candis	Curós
Bate (arroz com casca)	30:985	15	2
Culita.....	276	15	8
Castanha de cajú.....	548	17	5

	Cumbos	Candis	Curós
Caroço de undám.....	16	40	2
Caroço de costám.....	13	45	1
Feijão.....	—	0	10
Gergelim.....	20	9	—
Legumes diversos.....	802	4	12
Mugo.....	—	7	10
Nachinim.....	1:305	45	—
Noz de galha.....	—	2	4
Orió.....	119	9	5
Pacollo.....	992	46	15
Pimenta longa.....	648	14	17
Pimenta redonda.....	19	6	3
Savóm.....	33	6	5
Semente de puna.....	—	1	—
Solam (cascas) de brindão.....	133	12	1
Solam (cascas) de ottomba.....	14	3	14
Sal.....	7:483	2	—
Semente de linho.....	5	5	—
Tori.....	16	7	—
Urida.....	10	7	7
	Candis	Mãos	Arrateis
Açafrão.....	110	4	—
Cebola.....	148	8	—
Gengibre.....	9	22	16
Jagra de canas.....	745	21	—
Jagra de palmeira.....	—	16	—

	Candis	Mãos	Arrateis
Panha.....	44	15	—
Semente de ricino.....	4	5	—
Tamarindo.....	2:862	—	5
	Candis	Mãos	Calções
Vinho de cajú.....	814	6	—
	Arrobas	Arrateis	Onças
Algodão.....	3	24	—
Batata.....	312	—	—
Café.....	324	17	—
Linho.....	147	30	—
Seda.....	—	4	10
Tapioca bruta.....	3	24	—

Numero

Ananazes.....	10:685
Anonas.....	360
Bananas.....	3.945:490
Bambús.....	2.339:549
Cocos.....	39.913:440
Canas.....	239:660
Catonas.....	6:900

	Numero
Folhas de bethe.....	116:300
Jacas	3.552:017
Jambos.....	1:660
Limões.....	2:350
Laranjas.....	2:564
Lenha (arrobas).....	62:930
Mangas.....	26.041:975
Mathombas.....	10:000
Patecas.....	600
Pepinos.....	1:350
Pomos de adem.....	3:000
Toranjás.....	6:933
Tangerinas	100

Em vista d'este resumo dos productos agricolas de Goa é facil reconhecer que alguns productos que acham facil consummo não são cultivados ou o são em pequena quantidade. Citaremos os principaes.

A falta de arroz é grande e por isso falta a alimentação do povo e ha necessidade da importação consideravel e de enorme dispendio que empobrece o estado, já de si tão miseravel. A cultura dos trigos resolveria este negocio augmentando a quantidade de productos alimentares. Todos sabem que hoje o trigo se cultiva abundantemente na India e que os seus productos são em tal quantidade que se receia a sua concorrência nos mercados da Eu-

ropa. Já em 1746 um homem estudioso da India portugueza escrevia sobre este assumpto o seguinte:

«A experiencia, que repetidas vezes tenho feito e fizeram outros por minha persuasão, tem mostrado que estas nossas terras são capacissimas de produzirem trigo: e segundo as noticias que tenho alcançado, antigamente o recusavam a naturaes da ilha de Bardez, que deixaram de continuar com esta sementeira, porque os que lhe pediam o trigo com o titulo de vendido, lh'o não pagavam e ficavam os miseraveis fazendo as despezas e pondo de casa o trabalho sem utilidade alguma sua».

Assim pois a experiencia na India portugueza, os factos hoje geraes na India ingleza, estão provando a possibilidade de cultivar com vantagem o trigo, não só para augmentar os productos alimentares na India, mas para promover a exportação.

O trigo que se dá bem na India é o que chamamos tremez, isto é, que se semêa, nasce, cresce e colhe no periodo de tres mezes. Esta sementeira pode fazer-se nos primeiros dias de agosto, evitando que a agua das chuvas fique empapada na terra em que o trigo está semeado; e semeando n'este tempo pode a colheita fazer-se em outubro.

A segunda sementeira de trigo se deve fazer n'aquellas varzeas, em que se costuma semear o bate de serodio, que dão uma só novidade. Estas varzeas se devem lavrar logo que se colher o bate

e semeando-lhe logo o trigo, que se creará com a humidade da terra e com o orvalho do céu.

Nas varzeas que forem de vangana, pode haver duas novidades de trigos, semeando este depois de colher a novidade do serodio, deixando enxugar um pouco a terra e desfazendo os valados para que a agua se escoe e a terra seque mais depressa.

O milho deve semear-se logo nas primeiras chuvas pelos outeiros e suas faldas, cavando as terras e tirando as hervas para que o não afoguem. O seu producto é abundante porque de cada grão de semente nascem quinhentos em boa terra.

O milho chamado zaburra é tambem uma sementeira muito proficua nas mesmas terras que a das castas de milho ordinario; d'esta qualidade de milho se poderia na India tirar grande utilidade.

O bazury é outra casta de cereal que pode, com proveito, semear-se na India. É pouco maior que o milho miudo de Portugal, e é um mantimento substancial e confortativo. Cada grão de semente de bazury dá quinhentos ou mil em boa terra.

A estes podiam acrescentar-se a cevada e o tury que tambem se dão bem na India nas mesmas terras e com identicos cuidados do que as sementeiras anteriores.

As sementeiras de algodão desenvolvem-se com facilidade na India e podem dar consideravel vantagem em todas as terras que hoje se conservam in-

cultas, nas Novas e nas Velhas Conquistas. Ha duas castas de algodão, uma que se semea todos os annos em chão fundo e rico, outra que vem em terrenos mais seccos e mais pobres: esta dura muitos annos e em todos dá casulos abundantes: é o algodão arboreo. Uma e outra casta se pode cultivar na India e dar abundante producto.

A pimenta negra é uma planta cuja sementeira podia ser de muita utilidade na India portugueza, e se cultiva nas terras visinhas com grande proveito. Foi a pimenta um dos productos que excitou a cobiça dos conquistadores que d'ella fizeram a base do seu monopolio commercial: arrancar esse monopolio aos mouros e aos venezianos foi o grande resultado dos descobrimentos da India pelos portuguezes. É pois de admirar que se não tratasse de introduzir essa cultura no territorio de Goa, como effectivamente succedeu. O estudioso, a que acima citei, na experiencia ácerca do trigo, dizia ha mais de um seculo o seguinte:

«No que respeita á pimenta, tambem tenho visto o mesmo em muitos logares dentro da ilha de Goa: v. g. na horta do collegio de S. Paulo, na do Seminario de Santa Fé, na quinta de Santa Rosalia e na aldeia de Bambolym em um bairro chamado Vello Mollo; e em todas estas partes era a pimenta tão excellente, que na fortidão excedia a de Sunda».

A experiencia prova que a cultura da pimenta

preta se pode fazer em Goa com vantagem e com notavel utilidade. Esta cultura é facil e economica; enterrando junto das arvores uns pedaços de ramos de pimenteira de palmo ou palmo e meio de comprimento ou semeando a pimenta, esta, quando rebenta, deita ramos novos que se vão pegando pelas arvores e subindo por ellas. Estas plantações nos sitios não regados devem fazer-se no principio do inverno: nos logares, porém, que se podem regar, em todo o tempo se podem fazer, e só ha o trabalho de fazer a colheita da pimenta quando esta muda de côr. Esta mesma plantação se pode fazer junto de paredes altas porque a pimenta se pega a ellas.

O producto em madeira das arvores de teca e jambuleira é tão consideravel e precioso que vale muito a pena de se plantarem na India que é a sua terra propria, e hoje faltam onde antes abundavam. A teca planta-se em pés de dois ou tres annos, ou por meio de estacas deitadas com dois a tres dedos de terra cobrindo-as. O jambuleiro pode semear-se em qualquer terra e sem risco, porque o gado lhe não toca. Estas madeiras não teem hoje o valor que tiveram antes do ferro entrar na construcção de cascos dos navios, mas nem por isso deixam de ser madeiras de alto valor para as construcções e para marceneria.

O café de que se produzem actualmente 3:000 arrobas, pode multiplicar-se muito e obter muito

consummo nos mercados do mundo, o que seria facil logo que se tivesse cuidado de fazer d'elle planta-ções. O chá, de que os inglezes teem feito importantes plantações nas serras da India, tambem se poderia plantar vantajosamente nos Gates, terras hoje incultas e que é preciso aproveitar promptamente, agora que esses montes são atravessados por um caminho de ferro, que os torna accessiveis e facilita os transportes que antes eram impossiveis.

V

O estado a que estava reduzida a India portugueza, encravada em vastas possessões inglezas de que vivia isolada, sem participar da actividade agricola e industrial d'aquelles immensos territorios, levou a promover a união dos dois paizes; fazendo commum um e outro commercio, e ligando-os por um caminho de ferro. Esta fusão, necessariamente, ha de produzir um grande abalo na Goa, velha e cadaverica, mas d'esse abalo deve resultar a vida e com ella a actividade.

Para se entender a intenção do tratado resumiremos aqui os seus fundamentos. Possuiamos havia longos annos privilegios concedidos pelo Mogol; o uso d'esses privilegios foi-nos respeitado pela Inglaterra sem contestação, até que d'elles se abusou, e então, depois de reclamações inglezas e esforços que não produziram resultado, a Inglaterra suspendeu-os.

Estabeleceu-se uma discussão entre os governos portuguez e inglez: o governo portuguez pedia indemnisações que a Inglaterra contestava e não admitia. Antes da suspensão dos privilegios, por abusos praticados por negociantes inglezes de Bombaim, estes produziam 90 libras por anno: o estado da questão pedia uma solução que lhe dêsse um prompto termo. Attendendo ao intorpecimento de que padecia Goa, que estava quasi expirando por falta de commercio e de industria e pelo abatimento da agricultura, o governo portuguez entendeu que era occasião opportuna para formular um tratado de commercio, que estabelecesse, entre a India portugueza e a Ingleza, uma mesma pauta. Isto daria um impulso á India portugueza e a levaria a trabalhar, esquecendo as velhas tradições e buscando em novas instituições bases novas para a actividade industrial, agricola e commercial. Goa soffria do isolamento em que as suas circumstancias geographicas a collocavam: era um povo atrophiado, que só o commercio com os territorios vizinhos podia despertar, e esse estabeleceu-se pelo tratado. É certo que o remedio era violento, mas a uma situação difficil e excepcionalmente embaraçosa são precisos remedios d'estes; os quaes estavam experimentados em outras nações com resultados efficazes.

Goa tem menos de meio milhão de habitantes e a população da India Ingleza são 200 milhões, e a

vida em commum d'estas duas populações é necessariamente util á primeira. Os direitos da alfandega, reduzidos a 5% *ad valorem*, em logar dos direitos que subiam a 15 e 20 por cento dá vantagens enormes aos consummidoes.

O menor preço porque as coisas se podem obter dá mais facilidade de vida e impelle ao mesmo tempo á producção e á exportação. A união aduaneira estabelece uma pauta commum e uma alfandega commum, mas necessariamente obriga á união dos impostos lançados sobre os productos fabricados no paiz. Na India ingleza havia impostos que se cobravam do sal e do alcool, e era preciso assegurar esse rendimento, sem obrigar os habitantes de Goa a sacrificios inuteis. Para assegurar o rendimento do sal estabeleceu-se um systema de fabricação em Goa, fiscalisado por empregados inglezes, que exploravam as marinhas ou fiscalisavam as exploradas pelos proprietarios ou rendeiros, dando o governo inglez indemnisações aos proprietarios de marinhas, avaliadas por uma commissão mixta. Esta influencia, exercida pelo governo inglez sobre a producção do sal n'uma colonia estrangeira já tinha precedente.

Em 1815 a Grã Bretanha celebrou uma convenção com a França ácerca da producção do sal em Pondichery, a qual foi modificada por outra convenção em 1818. Na primeira, o governo francez

obrigava-se a dar de arrendamento ao governo inglez o direito exclusivo de comprar por preço razoavel o sal fabricado nas suas possessões, reservando a quantidade que os agentes francezes julgassem necessaria para consummo domestico dos habitantes; obrigando-se o governo francez a vender esse sal pelo preço que o governo inglez adoptasse nas suas possessões proximas.

Como a experiencia não deu os resultados que se esperavam, modificou-se a convenção por outra, em 1818, e n'esta se estipula que a manufactura do sal seria prohibida e que o governo inglez pagaria todos os annos uma somma para indemnisar os proprietarios das salinas.

Estas convenções franco-inglezas eram um precedente, e sob a sua influencia o governo inglez propoz-nos a suppressão total da fabricação do sal, o que nós regeitamos por ser a extincção de uma industria que mais prosperava em Goa. D'aqui resultou o tratado de commercio na sua fórmula actual.

D'esta negociação, o governo portuguez queria, como resultado, essencial para acordar a actividade da India, a construcção de um caminho de ferro que ligasse o centro do continente indiano com um porto na India portugueza e facilitasse as communicações de toda a India. O caminho de ferro que se projectava era contrariado por fortes interesses inglezes, que tinham delineado e estudado um ca-

minho de ferro em territorio inglez, que fosse terminar em Corwar ao sul de Goa. Antes de se tratar da construcção de um caminho de ferro em Goa, pensava-se na construcção ou de uma linha para o norte, ligando com a linha de Madrastra a Bombaim, ou para o sul, pondo Goa em communicação com Carwar: nenhuma d'estas linhas compensava a despesa. A linha mais util, mais necessaria era a de oeste a leste, de Murmugão para o oriente, ligando com as linhas inglezas em Bellary. Esta linha, que liga o centro do Industão com um porto de mar, na India portugueza, é muito necessaria ao commercio da India e põe Madrastra em communicação com Aden.

O governo britanico hesitou em tomar compromisso algum n'este sentido. Por fim cedeu ás importunações portuguezas, e prometeu auxiliar uma companhia particular que emprehesse a construcção da linha com todas as facilidades, essencialmente concedidas ás linhas garantidas na India ingleza.

O caminho de ferro está em construcção adiantada, e bem depressa Goa terá a desejada communicação com as linhas ferreas da India ingleza.

Foi em 18 de abril de 1881 que se assignou o contracto para a construcção do caminho de ferro e porto de Murmugão, apezar da vigorosa opposição do corpo commercial de Bombaim.

VI

Em 1877 a população da India portugueza contava 392:234 individuos; hoje essa população é de 481:467 individuos e tende a crescer. A tendencia ao crescimento é evidente.

O gado em 1882 era o seguinte: cavallar 304, asinino 160, vaccum 140:723, caprino 8:569, ovelhum 448, suino 60:035.

Esta população espalhada pela superficie do estado é diminutissima; mas é de esperar que a construcção do caminho de ferro dê prompto um resultado inesperado. As chamadas Novas Conquistas são um paiz meio selvagem, com uma população pobre e limitada, carecendo de tudo, mas o solo fertil pode transformar tudo promptamente, quando o mercado esteja em communicação com a India ingleza e isso succederá em pouco tempo.

Os consummidores indianos estão n'uma situação prospera em relação ao preço das mercadorias; o que é preciso é transformar a sua producção; o que é facil, attendendo á fertilidade do seu solo, e á aptidão dos habitantes para numerosas industrias, que vão hoje exercer na India ingleza.

O tratado do commercio levantou difficuldades, suscitou opposição violenta não só na propria India mas na Europa. A India estava perdida, tinha irremessivelmente caído nas mãos avidas dos inglezes; os donos de marinhas eram sacrificados aos impostos inglezes. Esse terror já passou. A India portugueza é hoje mais portugueza do que nunca: os proprietarios de marinhas tem sido amplamente indemnizados de todas as perdas, e produzem mais sal do que nunca: o publico consummidor consomme mais e mais barato, e, em breve, um caminho de ferro virá pôr Goa em communicação com os centros de producção. O ministro condemnado por fazer o tratado: abandonado por adversarios e amigos está perto dos louvores de todos e será tão louvado como foi vituperado; ambas as coisas valem o mesmo em face dos factos: são processos da politica. O que é preciso é que os factos justifiquem as intenções: o resto pouco importa.

Os rendimentos da fazenda da India foram, nos dez annos anteriores ao anno de 1877 e 1878, os seguintes:

1868-69.....	884:803\$475
1869-70.....	884:998\$225
1870-71.....	997:522\$216
1871-72.....	1.197:123\$083
1872-73.....	994:722\$580
1873-74.....	881:450\$659
1874-75.....	874:808\$609
1875-76.....	872:470\$387
1876-77.....	838:325\$624
1877-78.....	850:490\$793

O tratado diminuiu os rendimentos, extinguindo os impostos das alfandegas. Em 1882-83 os rendimentos foram de 695:937\$675 rs. e em 1884-85 foram de 718:253\$200 réis. O alivio que os povos tiveram nos direitos da alfandega deram em resultado a maior possibilidade de pagarem outros impostos e a expansibilidade financeira da India. Hoje os impostos egualam quasi os rendimentos de 1877-78 e sabendo lentamente aproveitar as circumstancias breve os excederão.

O governo inglez paga á India portugueza 4 lakas de rupias que são destinadas ao subsidio do caminho de ferro que se está construindo.

A India portugueza, depois de passar largos annos sem alteração na sua legislação, passou ha poucos annos por uma crise grave. Em 1871 uma agitação, no que então constituia o exercito da India,

deu lugar á extincção d'esse exercito e á criação de uma companhia de policia e ao destacamento de um batalhão do regimento do ultramar. A estas mudanças succederam outras, para tirar o espirito militar que paralisava em Goa as forças productivas e dava ao povo um character de preguiça invencivel. Existia uma escola militar na Nova Goa, e a lei creou, em vez d'ella, um Instituto profissional para preparar para diversas industrias.

Estas mudanças profundas no modo de ser de Goa, produziram vigoroso abalo, mas hoje esse abalo desapareceu e a opinião publica recebe o estado actual sem grande repugnancia, e mesmo já chega a comprehender-lhe as vantagens.

VII

A execução do tratado foi origem das maiores resistencias em Goa. Todos lhe levantavam embaraços e lhe oppunham resistencias. Á prudencia e bom juizo do sr. conselheiro Aguiar, que foi nomeado pelo governo de Portugal para pôr em execução o tratado, e aos esforços do governador o sr. conselheiro Caetano de Albuquerque, se deve a solução pacifica das difficuldades que o tratado levantou na India.

Quando o sr. Aguiar foi nomeado pelo governo commissario regio já estava nomeado o sr. Cawford por parte do governo inglez. A nomeação dos dois commissarios, cujo character era conhecido e respeitado pela população de Goa, acalmou um pouco a agitação.

Passados poucos dias a agitação começou de novo, e os dois commissarios acarretaram sobre si os insultos dos que tinham interesse, ou soppunham tel-o em impedir a execução do tratado luso-britânico. Os commissarios porém não se perturbaram, e trataram pacificamente os negocios de que estavam encarregados. Concluidas as conferencias sobre a execução do tratado, os commissarios convidaram a uma reunião geral os proprietarios de marinhas, para que manufacturassem o sal por sua conta, ou as arrendassem aos agentes inglezes. N'esta reunião mostrou-se a descoberto a má fé dos proprietarios, que hoje ajustavam uma coisa para no dia seguinte pedirem outra.

O governador geral teve tambem uma conferencia com os proprietarios das marinhas, mas esta foi tão esteril como a dos commissarios. O governador, em virtude da sua posição official, mandou prohibir a fabricação do sal em todas as marinhas não contractadas, e entregar aos agentes britannicos as outras, pagas largas indemnisações avaliadas por uma commissão mixta.

Depois de resolvidas as questões relativas ao sal estabeleceu-se tudo regularmente.

O sal antes não tinha preço, cultivavam-no para ser introduzido, por contrabando, no territorio inglez, e o povo ia ás marinhas roubar o sal de que carecia para consummo, sem encontrar resistencia

alguma. Pelo territorio de Goa atravessavam carregações de sal, que iam ser introduzidas no territorio inglez. É claro que o sal se vendia por um preço muito differente d'aquelle porque, antes do tratado, se obtinha para consummo; mas foi isto largamente compensado pela abolição dos direitos da alfandega, o que tornou mais baratos muitos dos productos do consummo usual.

As salinas existentes nos concelhos das ilhas, Salsete, Bardez, e Pernem são 488, cuja superficie attinge 4.220:898 metros. Além d'estas havia mais duas marinhas, não medidas, que produziram no primeiro anno 451 mãos indianas.

O sal vendido, para consummo domestico dos habitantes da India portugueza, foi egual a 1.543:897 ceiras, ou egual a 38:597 mãos e 17 ceiras; o producto da venda ao governo portuguez foi de 1 anná e 8 pias por mão ou 75 réis fracos, e foi vendida pelo governo portuguez a razão de 30 réis a ceira ou a 1200 réis a mão.

O estado recebeu d'esta proveniencia 40:316\$780 réis fracos.

O governo inglez obrigou-se, pelo tratado, a entregar ao governo da India portugueza uma quantidade de sal, livre de direitos e pelo preço da fabricação, correspondente a 14 libras por cabeça e por anno. O governo portuguez abriu estancos para a distribuição do sal, vendendo-o pelo preço que

julgasse conveniente. Estes estancos foram adjudicados em praça.

Não tardaram muito, porém, a mostrar-se os prejuizos d'este systema, sendo necessario rescindir os contractos.

O governo tomou então conta dos estancos, e deu-lhes o pessoal necessario; assim ficou a questão da venda do sal resolvida com grande vantagem para todos, para o governo e para os consumidores.

Com o tratado mudou o systema da fabricação e venda dos espiritos na India portugueza. Os espiritos já antes do abkari pagavam em Goa: o methodo de impôr essas contribuições, e de cobrar a receita é que variou com o abkari. Antes todo o individuo que queria vender a retalho os licores espirituosos, quer fabricados no paiz quer importados, tinha necessidade de uma licença prévia e pagava ao arrematante do imposto 900 réis fracos por mez, além do sello. Além d'isso o thesouro cobrava duas tangas por cada palmeira lavrada e os dizimos por cada palmeira a razão de 90 réis.

No anno anterior ao tratado, o rendimento para o thesouro, proveniente dos espiritos e da sura, etc., foi de 47:314\$264 réis.

O systema mudou, porém. O numero de tavernas em cada povoação é limitado, e estas são arrematadas a quem mais dá. Nenhuma palmeira de

qualquer especie pode ser lavrada á sura sem prévio pagamento da taxa: e esta concessão é feita por talhas de dez palmeiras, productivas ou não productivas. A venda de vinhos ou de espiritos não indianos é prohibida nas tavernas de espiritos nativos.

No primeiro anno do tratado o rendimento para a fazenda foi, pelas licenças, de 47:336\$880 réis.

No districto de Goa o numero de tabernas de vinhos e de espiritos nativos foi 414 e o rendimento de 76:668\$840 réis fracos.

O rendimento das lojas de venda de espiritos e vinhos não indianos foi de 1:395\$000 réis.

Com as licenças para lojas de venda a retalho e outras, foi o rendimento total de 126:963\$120 rs. O que dá para o rendimento do abkari a mais que o rendimento anterior ao tratado 72:648\$853 réis.

Nos annos seguintes o rendimento tem augmentado.

VIII

O effeito do tratado no movimento das alfandegas logo no primeiro anno se provou, ainda que não tão cabalmente como depois. A importação e a exportação augmentou apesar do entorpecimento em que jazia o commercio de Goa.

Na importação o movimento accentuou-se no arroz que cresceu 77:201 cut. no valor de 165:590 rupias; nos estofos de algodão em que a importação cresceu no valor de 130:389 rupias. As loiças e porcellanas cresceram no valor de 55:960 rupias; o assucar no valor de 46:380 rupias; os estofos de lã no valor de 27:085 rupias; os legumes em 17:700 rupias; o vinho augmentou no valor de 15:742 rupias; o petroleo no valor de 14:322 rupias. Na exportação tambem as differenças são sensiveis.

N'um relatorio em que se expõem estas coisas, o administrador geral das alfandegas diz o seguinte:

«Acham-se cabalmente respondidos os quesitos que v. ex.^a se dignou formular, e parece-me que a resposta mostra que o tratado é favoravel sob o ponto de vista aduaneiro. Os rendimentos publicos provenientes d'esta fonte de receita é claro que haviam de diminuir muitissimo. Era coisa bem facil de prever correndo os olhos pela nossa antiga pauta, e pela pauta anglo-indiana hoje em vigor, e attendendo a que todos os productos e manufacturas indianas haviam de entrar livres de qualquer imposição. Os resultados favoraveis foram o augmento do movimento commercial e a barateza de muitos dos productos mais necessarios á vida».

Para esclarecer a questão das vantagens e inconvenientes do tratado, o governador geral dirigiu aos presidentes das camaras municipaes e administradores dos concelhos uma circular com quatro quesitos sobre o assumpto, e estes ao responderem mostraram não ter havido nem miseria nem fome depois do tratado estar em execução, e que os preços dos generos de consummo geral teem diminuido, uns 25 por cento, outros 30 por cento, outros 50 por cento.

Geralmente todos reconhecem as vantagens da quasi supressão ou abaixamento de direitos para os consummidores da India portugueza e o natural accrescimo de importação e exportação de productos.

Terminados os primeiros tres annos do tratado, o mesmo tratado dava direito a cada uma das altas partes contratantes de convidar a outra a reconsiderar as estipulações contidas no art. xi (o do sal) para serem alteradas, ou melhoradas. N'essa época foi o governo inglez quem apresentou algumas difficuldades. O vice-rei da India ingleza escreveu um officio ao governador de Goa para lhe dizer que não julgava o seu governo haver necessidade de propor qualquer alteração ao art. xi; mas que o delegado britannico estava prevenido para notar certos abusos, a fim de chamar para elles a attenção do governador de Goa.

O commissario britannico, dirigindo-se ao governador, disse-lhe que estava resolvido a entregar-lhe as marinhas de Diu, com a condição do sal não ser exportado, que, reconhecendo que as marinhas de Damão eram de difficil superintendencia e vigia e não podiam ser lavradas com proveito, pedia a sua suppressão; finalmente, com relação ás marinhas de Goa, declara que certos contractos feitos em janeiro de 1880 com certos proprietarios, com o fim de fabricarem sal para os agentes britannicos não podiam renovar-se, e com respeito ás marinhas já supprimidas (assim designa as que não fizeram contracto) não serão estas exploradas nos nove annos seguintes. É preciso, accrescenta, reunir uma nova commissão mixta para fazer novos arrenda-

mentos, pois os feitos eram só para os primeiros tres annos.

Na sua resposta a este officio o governador geral oppõe difficuldades e objecções, que depois deram logar á resposta do commissario britannico; mas o que é mais digno de attenção é a declaração do governador de que não tem que propor nenhuma alteração ao art. XII, que era a pedra de escandalo do tratado.

Depois de uma curta discussão escripta, entre o delegado britannico e o governador de Goa, este declarou que ia submeter a questão ao seu governo.

A questão foi resolvida em Lisboa por um accordo entre os dois governos.

Reuniu-se depois em Goa uma commissão mixta que, fazendo o calculo minucioso do rendimento das marinhas, propoz novas indemnisações, que foram geralmente acceites pelos proprietarios.

Além d'estas resoluções outras foram tomadas, para melhorar a fazenda publica no estado da India. Um decreto de 15 de setembro de 1880 auctorisou e regulou a desamortisação e venda dos bens da fazenda e corporações de mão morta: e estabeleceu-se o processo para as denuncias de descaminho de bens livres e vinculados da fazenda publica e sua reivindicação e incorporação na mesma fazenda. Creou-se o imposto de tonelagem por decreto de 21 de outubro de 1880, supprimiram-se

de todo os direitos que era de uso cobrar sobre a navegação nacional ou estrangeira com diversas denominações.

Este imposto rendeu nos dois mezes de dezembro e janeiro 2:062\$891 réis.

IX

No tratado luso-britannico de 1878 estabeleceu-se, que o governador geral de Goa e o vice-rei da India ingleza regulassem, por uma convenção monetaria geral, a recunhagem da moeda de Goa em uniformidade com a rupia ingleza.

Effectivamente o valor da moeda de Goa era mui differente do da India ingleza: o seu peso, tanto da moeda de prata como da de cobre era mui incommodo e soffria um agio consideravel nas transacções: as moedas de Goa não teem curso nem nos proprios districtos de Damão e Diu, e as inglezas eram acccites por toda a parte. Na recunhagem e alteração da nossa moeda não podia deixar de haver inconvenientes, mas pela convenção esses inconvenientes eram sensivelmente minorados.

A emissão do papel moeda, até ao limite de 4

por cento do valor da moeda em circulação, foi autorisada pela convenção monetaria, e a requisição d'esse papel fabricado em Inglaterra por intervenção benevola do sr. Conwford, commissario com o sr. Aguiar na commissão que se reuniu em Goa para tratar da execução do tratado.

Outro melhoramento importante se estabeleceu em março de 1880, foi o da navegação a vapor nos rios de Goa. Este melhoramento de uma extraordinaria vantagem para as communicações internas foi emprehendido á custa do thesouro, que comprou cinco lanchas apropriadas, com movimento acelerado, pelo preço de 37:591\$020 réis provinciaes, fabricadas em Bombaim.

As cinco lanchas entraram em exercicio: a primeira desde 22 de março entre Pangim e Rachol tocando em Durbate, Cortalim, Cundaim e Combarjua: a segunda na mesma linha de Nova Goa para Salsete, com egual escala: a terceira a principiar no dia 14 de junho, entre Nova Goa, Verem e Betim: a quarta em 12 de janeiro de 1881 na carreira diaria entre o embarcadouro de Peligão na provincia de Bicholin e a capital de Nova Goa, tocando nos pontos de Toltó, Dangin, Velha Goa, Piedade, S. Pedro de Ribandar: a quinta é de reserva para as substituições e qualquer occorrença urgente.

A conta das lanchas a vapor salda-se no deficit

para o thesouro, mas a sua utilidade é tão grande que a conta se não pode fazer por esta fórma. Com effeito a receita foi de 5:548\$591 réis e a despesa de 8:031\$784 réis, mas ha a attender a questão sob o ponto de vista dos serviços que esta navegação faz ao estado, que só por observações estatísticas, que o tempo deve fornecer, se pode bem avaliar.

Os melhoramentos resultantes das obras publicas chamaram a attenção do governador geral de Goa, como de todos os governadores das nossas colonias. Um governador distincto, o sr. almirante Almeida e Albuquerque, entendeu esta obrigação e procurou dar-lhe cumprimento. O distincto governador encontrou grandes difficuldades a vencer. Com o novo tratado o rendimento de 3 por cento destinado para obras publicas cessou, e a junta de fazenda teve de solicitar do ministro que auctorizasse o emprego de outros fundos para este fim.

Nas colonias portuguezas, á excepção de Macau, as cidades, as villas, os centros de população, não tinham as condições hygienicas que a sciencia aconselha. Falta de edificios publicos para funcționarem decentemente as repartições do estado; sem faceis communicações entre os pontos mais importantes das provincias; sem egrejas, sem escolas, sem hospitaes que satisfaçam as exigencias da administração, lançavam o desanimo no espirito dos governa-

dores que de novo chegavam. As idéas loucas da economia, que levam a preferir viver na abjecção e na miseria a contribuir para as despesas publicas, dominam o espirito publico, e é um obstaculo para emprehender qualquer melhoramento.

Quando o governador, o sr. Albuquerque, chegou a Goa tinham tido logar muitas calamidades, e entre estas a morte de dois governadores, por causa da insalubridade da capital. A necessidade de obras hygienicas era por todos reconhecida pelo terror que causavam tão sinistros acontecimentos, Ao chegar a Goa o sr. Albuquerque consultou o corpo medico e os engenheiros, para lhe indicarem o que havia a fazer para melhorar hygienicamente a capital. O corpo medico respondeu fazendo notar as numerosas causas de insalubridade que se accumulavam na capital e em Mapuça. As ruas cortadas de palhoças; casas pequenas, de tectos baixos, sem ventilação; a população condensada; o lixo e immundicia pelas ruas; os cemiterios pequenos, obrigando á exhumação os cadaveres subterrados depois de um anno; tudo torna insaluberrimas as povoações. Bosques de palmeiras dentro das povoações impedem a circulação do ar e augmentam a insalubridade.

O governador reuniu as informações sobre o estado hygienico de Goa, e essas informações foram deploraveis. O chefe do serviço de saude, o sr. Ferrer, informando ácerca de Pangim disse n'um officio:

«Pangim é uma cidade onde faltam todas as condições hygienicas naturaes e onde os preceitos da hygiene publica se acham completamente desattendidos, não se podendo de nenhum modo increpar a junta de saude d'este desleixo, porque não cessa ella de reclamar, ha annos, em favor de melhoramentos que deviam merecer a principal attenção do governo.

«Dois foram os governadores que dedicaram a maxima attenção a esta ordem de melhoramentos, não podendo um, por circumstancias imprevistas, realisar os seus planos, e outro por succumbir victima das pessimas condições endemicas em que existe a India portugueza, e que elle, de certo, arrancaria, se a morte o não colhesse prematuramente.

«Pangim foi primitivamente um pantano, tendo por esqueleto o outeiro que corre de NE. para SO., as formações de aterro silicioso, que o mar tem oposto pelo lado N. e S., taes são os elementos geologicos que com a laterite detritica do outeiro formam o solo da cidade.

«O nivel de toda a parte plana do terreno está inferior ao nivel médio do rio, circumstancia das mais adversas para o esgoto das aguas pluviaes e quaesquer liquidos que seja necessario remover.

«Ao poente de Pangim existe o esteiro de Santa Ignez, que, por obstruido, se pode considerar um

verdadeiro pantano; a mesma denominação merecem as duas varzeas, que existem proximo da egreja de Santa Ignez e do hospital militar.

«O rio Mandovi que banha a cidade, descobre uma extensa e immunda vasa em toda a sua margem esquerda.

«Ao S. existe o paludissimo esteiro de Santa Cruz e, na mesma direcção abundam extensos tractos de terra não cultos e alagados, outros reduzidos a ar-rozaes e marinhas.

«A brisa do mar, que, por sua frescura e oxygenio, tanto podia beneficiar os habitantes, encontra na sua passagem um obstaculo, quasi invencivel, nos palmares que ao O. abundam.

«A limpeza da cidade é nominal; o lixo que por muito tempo serviu para aterro de algumas partes da cidade, deposita-se agora ao S., a 100 metros da povoação. Não existem latrinas, nem urinoes publicos. As casas particulares são pessimamente construidas, havendo 1:966 que são terreas, e cujo pavimento está ao nivel do da rua ou inferior, muitas não tem latrinas, n'outras existem em pessimas condições, e em algumas os escrementos caem directamente sobre o solo.

«É rara a casa que não tem porcos ou vaccas, e todavia não ha um unico curral que mereça este nome.

«Os canos foram pessimamente construidos; a

pedra empregada foi a laterite, que, por ser muito permeavel, é impropria; não ha o declive necessario, communicam directamente com as casas, recebem lixo, agua de chuva, aguas sujas e materias feaes.

«O palacio do governo é uma construcção antiga; é mal ventilado, está exposto ás emanações da vasa, que todos os annos adquire maior extensão. Tem nas suas proximidades a extensa horta dos camotins, de notoria immundicia».

Esta descripção repugnante de Pangin dá bem idéa do deploravel estado de porcaria e das suas condições de insalubridade. O governador mandou fazer egual estudo em Mapuçã, cabeça do concelho de Bardez, e o resultado da inspecção deu egual resultado. O vogal da junta de saude na sua informação diz o seguinte:

«Foi-nos penoso reconhecer que Mapuçã de villa só tem o nome, e que campeiam ahi impunemente todas as condições anti-hygienicas e de desasseio extremo. Um desmazelo vulgar dos habitantes, pela maior parte gentios, alliado á imperdoavel incuria dos zeladores constituidos, conseguiu demonstrar que a humanidade podia viver respirando esterqueiras, que innumeradas abundam lá, modeladas pelas que existem no quintal da propria casa sanitaria, onde é a séde da maior parte das repartições publicas.

.....

«A villa possui pelo lado occidental uma rua estreita, cuja bifurcação dá mais adiante outras secundarias; uma, continuação da primeira, segue a E. e outra ao N.

«Não ha mais ruas.

«No angulo da bifurcação um predio de casas embarga muito a ventilação da villa.

«Nas ruas não falta lixo e detritos animaes.

«As casas são mediocres, de tecto baixo, janelas acanhadas, sem asseio algum, intercaladas de casebres desmoronados, outras em rebouco.

«De distancia a distancia estão situados os bairros, que não passam de uns montões a esmo de casebres e choupanas, fraternalmente intermeadas com sargentas e sangrias entulhadas de asquerosas immundicies.

«A sua povoação é condensada.

«A E. avista-se uma varzea sujeita a alagação salina: depois encontra-se a egreja, cuja capella mór é adornada de um formoso arrendado de teias de aranha; o resto do templo guarda harmonia; depois deparam-se, quacs sentinelas avançadas da morte, dois cemiterios; um do lado esquerdo, fusão de podridões, denominado bairros dos *farares*, serve para consummir paulatinamente os vivos; o que fica do outro lado, sendo destinado á consumpção dos mortos, serve mais para consummir os vi-

vos, por mal situado e acanhadissimo, havendo necessidade de exumação antes de cinco annos!!

«A cadeia não dista muito do cemiterio.

«É situada no centro da villa; a sua capacidade, sendo sufficiente apenas para 50 presos, tem comtudo empilhados 143; no meio do saguão abre-se o poço. A cosinha e outras serventias são humidas, encharcadas e immundas, porque não se fazem os despejos e desaguamentos convenientemente.

«Condições hygienicas pessimas; a capacidade é desproporcionada ao numero dos presos; não existia preso nenhum doente; os presos compram diariamente os generos alimenticios necessarios; não ha rancho propriamente dito, e a ração fornecida pela fazenda aos presos é sufficiente, attendendo á alimentação habitual do povo; finalmente, não ha o asseio necessario, cuja falta se deve attribuir mais ao desleixo dos individuos a quem cumpre velar com zelo.

«Quem quer, sabedor de que Mapuçá fôra escolhida para villa unicamente pela sua situação favoravel ao commercio da comarca, tem direito a esperar um mercado zelosamente cuidado; nada porém, tão desprezado e mal disposto. O mercado não abriga do sol nem das chuvas; é desprovido d'agua, sem livre espaço aos feirantes e quasi em ruinas. As mercadorias são expostas sem ordem; encontram-se espalhados por todo elle os fornos de assar

o grão; o peixe teimosamente exposto pelas ruas, abandonado no basar dispendioso *ad hoc* construído; tal é o prestigio auctoritario.

«Cresce a admiração quando se certifica que os commerciantes promptificam-se boamente para quaesquer melhoramentos, e que contribuem com uma cifra avultada do imposto de mercado.

«As lojas são uns cubiculos, onde as medidas e vasos de cobre, que conteem oleos, encontram-se barrados de camadas de varios oxydos.

«Nas casas de pasto e outros estabelecimentos, encontra-se grande quantidade de carnes resequidas e alteradas, cervejas e conservas, etc., completamente podres. Fiscalisação nulla.

«As aulas publicas foram outr'ora casernas dos quarteis militares; baixas, sem ar, luz nem asseio. A entrada, sem escadas, dá para um terreno escavado, ora entulhado de lixo, ora inundado na estação chuvosa.

«A matança era ao ar livre; não ha muito que levantaram uma palhoça, com fóros de açougue, onde os processos seguidos e os instrumentos usados são anachronicos, como em toda a Goa. O gado é o melhor do nosso mercado».

Margão, capital de Salsete, está nas mesmas circumstancias, quanto a asseio e condições de existencia da população. O exemplo d'estas tres povoações, os mais importantes centros de população, dão

o modelo do estado geral da India portugueza. Á vista d'esta terrivel descripção o governador tomou medidas urgentes para melhorar as condições hygienicas das povoações.

Além das ordens de administração proprias para melhorar o estado medico, mandou-se pela reparação de obras publicas fazer o aterro marginal ao longo da cidade de Pangin, para evitar a area de lodo que ficava a descoberto; talharam-se largos e ruas n'um palmar que abafava Pangin: abriram-se novas ruas para dar passagem ao ar, aterraram-se praças e ruas que offereciam maiores depressões; cortou-se um outeiro que corria pelo centro da cidade tapando o ar a um bairro; limpou-se e deu-se nova direcção a um esteiro a que se attribuiam causas de insalubridade; abriram-se casas para despejo publico, etc.

A despeza nas obras de sanidade e viação publica importaram nos primeiros mezes em 3:773\$623 réis. A limpeza e desobstruimento do esteiro de Santa Ignez e o aterro das suas margens com o muro de suporte, custou 3:763\$529 réis. O corte do outeiro da Conceição e o transporte das terras montou a 10:948\$274 réis: a obra foi orçada em 49:980\$000 réis. A muralha marginal do Mandovi na extensão de 68 metros importou em 3:318\$017 réis: a obra toda está orçada em 72:000\$000 réis. A expropriação para abertura das ruas importa em

18:904\$550 réis. A somma dos dispendios em todas as referidas obras importou em 22:067\$238 réis.

Além d'isso a rede de estradas reaes tem 970 kilometros. O desenvolvimento das obras de estradas tem sido lento e está longe de attingir as exigencias do paiz. Os edificios publicos na capital são limitadissimos: faltam, uma cadeia, tribunaes de justiça, escolas primarias e direcção de obras publicas.

O palacio do governador geral é antigo. Tem-se feito ali varias obras destinadas a melhoral-o, e ultimamente fizeram-se ali obras para lhe melhorar os sobrados, os tectos, as paredes, na importancia de 4:868\$283 réis. No palacio do governo no Cabo tambem se fizeram obras que importaram em réis 5:787\$314. O palacio do arcebispo, na Velha Goa, tambem se concertou, importando as obras feitas até ao fim do anno economico de 1878-79 em réis 1:070\$700.

A secretaria geral exigiu um predio novo, e só n'elle se dispenderam no mesmo anno economico 131:792\$829 réis. Outras obras tambem foram executadas em egrejas, quarteis, etc., na capital e n'outras partes do Estado.

Até ao fim de 1880 as obras do aterro do Mandovi proseguiram, assim como o corte do outeiro da Conceição. Ruas numerosas se abriram no palmar junto de Goa, e canos de esgoto indispensaveis para

a salubridade da cidade. O esteiro de Santa Ignez continuou a melhorar-se. Estradas novas se construíram ou melhoraram. Canaes para a navegação se abriram; melhoraram-se os edificios publicos na cidade e fóra d'ella.

As obras de melhoramentos na capital, as de viação publica e de arranjos nos edificios publicos tem continuado até hoje com mais ou menos actividade; e a linha ferrea está quasi concluida, e em parte aberta á exploração.

X

Na época em que o nosso dominio nos mares da India era vasto, e em que dominavamos o mar e era preciso ter ali uma esquadra sempre prompta para impedir o commercio dos mulsumanos por o mar Vermelho, constituiu-se em Goa um arsenal de marinha para reparar navios e construir outros; um trem militar e uma fabrica de polvora. Os tempos mudaram e estes estabelecimentos constituídos em vasta escala tornaram-se um peso para as finanças do estado, sera compensação. Levou muitos annos para o governo tomar nma resolução a tal respeito, até que em 1869 o governo extinguiu o arsenal e a fabrica da polvora, mandando vender em hasta publica o edificio da fabrica da polvora e todos os objectos a cargo do arsenal e da mesma fabrica, que não podessem ser aproveitados para

serviço do estado, tomando o governo do estado as providencias para a arrecadação dos objectos depositados n'aquelles estabelecimentos.

Em cumprimento da ordem do governo, o governador, reconhecendo o inconveniente de levar a effecto logo a extincção d'aquelles dois estabelecimentos, mandou conservar-os até o acabamento dos objectos em construcção, e nomeou uma commissão para fiscalisar os trabalhos indicados e formular um relatorio a respeito dos objectos a conservar, tendo em vista as necessidades do serviço no mar. O governador constituiu os pequenos trens militar e de marinha que deviam ficar.

Por outra portaria mandou o governador que, a fabrica da polvora, devendo ser concedida á industria particular por um limitado tempo e sob a vigilancia official, se desse de arrendamento temporario, por cinco annos, a fabricação de polvora; em consequencia d'esta ordem fez-se o contracto com as condições necessarias.

Depois, outra portaria extinguiu os arsenaes de Damão e Diu, por a experiencia ter mostrado a sua inutilidade, devendo os respectivos empregados continuar a ser abonados dos seus vencimentos e apresentar-se ao serviço para que fossem nomeados nas mesmas praças, e os mais despedidos do respectivo quadro.

O governo não approvou a creação dos trens mi-

litar e de marinha, e o governador, para arrecadar o material de construção, os instrumentos de trabalho, os artigos de armamento e munições de infantaria e artilheria, ordenou que no edificio denominado casa da polvora se estabelecesse um deposito geral, recolhendo para ali todos os artigos do material acima designados.

XI

A instrucção publica no Estado da India é diminutissima, como se pode ver pelos dados seguintes:

As escolas primarias são frequentadas por 2:448 alumnos, o que, para o geral da população, que pode ser aproximadamente 421:429 habitantes, dá 1:172 individuos. Nas Velhas Conquistas ha uma escola por 16 kilometros quadrados e 5:000 habitantes. No concelho das Ilhas ha uma escola por 15 kilometros quadrados e 4:900 habitantes; em Bardez uma escola por 13 kilometres quadrados e 5:900 habitantes; em Salsete uma por 17 kilometros quadrados e 5:000 habitantes.

Nas Novas Conquistas ha 13 escolas por uma superficie de 2:664 kilometros quadrados, ou uma escola para cada 204 kilometros e 8:615 habitantes. Em Pernem ha uma escola para cada 80 kilome-

tros quadrados e 11:500 habitantes. Em Bicholim e Satary ha uma escola por 164 kilometros e para 6:250 habitantes. Em Pondá e Embarbagem ha uma escola para 160 kilometros quadrados e 6:598 habitantes. Em Cacora, Chondraviadi, Balli, Astagrar e Canacona ha uma escolapor 968 kilometros quadrados e 12:000 habitantes.

Em Damão ha uma escola para 3:421 habitantes e em Diu para 5:500 habitantes.

Vê-se pois a insufficiencia no numero de escolas, e a causa da sua diminuta frequencia.

O ensino secundario é professado no lyceu de Nova Goa e em varias cadeiras isoladas. No seminario de Rachol tambem ha cadeiras de instrucção secundaria. Estas cadeiras isoladas estão fóra da prescripção da lei, do que resulta que a instrucção não é egual. O numero de estudantes de instrucção secundaria tem ido crescendo nos ultimos annos. No ultimo anno o numero dos matriculados foi de 602 e no anno anterior de 333. O numero dos examinados das escolas publicas foi de 309, e das particulares de 300, sendo approvados 478. O numero total dos individuos que no ultimo anno de que temos estatistica (excluindo as escolas de ensino clerical, e de inglez de Damão) foi de 1:545.

O Instituto profissional de Goa tem matriculados 210 alumnos; sendo 90 o dos examinados e 69 o dos approvados. O curso do Instituto não habilita

para o funcionalismo, mas habilita para muitas profissões. Os que frequentam o Instituto não levam em mira uma habilitação para um logar determinado, e isso é causa do numero diminuto de alumnos que o frequentam. O conselho escolar busca por todos os modos desenvolver o ensino e tem melhorado os estabelecimentos, e o modo de ensino.

Sendo de grande utilidade os conhecimentos praticos da sciencia agricola, sente-se a falta de uma quinta experimental, como complemento da escola de agricultura. A falta de exercicios praticos tornam tambem difficiente o ensino industrial e artistico.

O estudo das sciencias economicas é muito importante aos funcionarios, sendo para desejar que se exija a approvação d'estas disciplinas aos candidatos aos cargos publicos. Isto daria maior frequencia no Instituto.

Parece-nos este estabelecimento n'um estado progressivo, e não deve assustar a diminuta frequencia que tem. Quando a utilidade for geralmente reconhecida, então será maior a affluencia de alumnos e a sua acção na transformação social porque a India está actualmente passando.

No anno de 1885 já esse augmento era notavel. O numero de alumnos matriculados era de 335, sendo d'estes approvados 114.

A escola medico-cirurgica de Goa, acha-se mais

que incompletamente organizada, e falta-lhe tudo para o ensino. Não tem hospital; o corpo docente varia a cada instante, é inconvenientemente remunerado: os alumnos saem da escola não habilitados para exercer a clinica nas colonias para que são mais necessarios. Na escola actual o numero de alumnos anda por 60 a 70. São estas as noticias sobre instrucção publica no Estado da India, e, como diziamos, mostram o estado incompleto em que ainda se encontra este ramo de serviço publico.

XII

Na antiga India a justiça era administrada por tribunaes, o primeiro dos quaes era a relação com dez desembargadores, um chanceler, um ouvidor das causas civeis, outro do crime, um juiz dos feitos da corôa, um procurador dos feitos da corôa, um promotor da justiça, um procurador dos defuntos: mais quatro desembargadores extravagantes.

Em 1628 reduziu-se o numero de desembargadores a cinco, numero sufficiente para tratar os negocios da India.

Com o andar do tempo se foi o tribunal simplificando e reduzindo o seu poder, até que chegou a 1833 extincta a relação de Goa. Em 1836 um decreto restituiu a relação composta de tres juizes; e dividiu o territorio em tres comarcas, cada uma com o seu juiz de direito. Creou tambem um procurador da corôa, e em cada comarca um delegado.

Um decreto de 14 de novembro de 1878 augmentou o numero de comarcas, elevando-as a seis, e extinguiu os julgados independentes de Diu e Damão, e os antigos julgados ordinarios em que se dividiam as antigas comarcas, mandando crear nas novas comarcas pequenos julgados pela fórmula estabelecida na lei de 16 de abril de 1874, e cria dois julgados ordinarios, um em Diu, outro em Praganá.

As novas comarcas de Sanquelim e Quepem foram instaladas em 17 de junho e a de Damão em 4 de agosto. O novo julgado de Diu ainda em 1879 se não constituiu, ou d'isso não havia noticia em Goa, e o de Praganá não era possível instalal-o por faltar para isso edificio apropriado.

As condições especiaes das Novas Conquistas não permittiram a instalação de muitos dos novos julgados, e, nos que foram instalados o pessoal tem andado sempre em movimento, por ser difficil encontrar individuos habilitados entre os habitantes, e de fóra ninguém se sujeita a occupar logares sem ordenado.

Isto mostra que é uma reforma não apropriada para as Novas Conquistas.

A creação das conservatorias foi decretada em 17 de outubro de 1865. O registo e publicidade dos direitos e encargos que modificam ou oneram a propriedade, é a segura garantia para o direito de propriedade e a salvaguarda das transacções so-

bre bens immobiliarios; mas é preciso para isto que o registo predial esteja bem regulado e em dia, sem isso é um embaraço para outras acções.

A grande extensão das comarcas da India, a cada uma das quaes corresponde uma conservatoria, a grande divisão da propriedade, a deficiencia de pessoal das conservatorias e o systema de escripturação estabelecida pelo regulamento, são as causas principaes do atrazo do serviço.

Segundo os relatorios das ultimas visitas ás conservatorias, o atrazo do serviço era de quatorze mezes e quatro dias na conservatoria das ilhas, de quatro annos e vinte e nove dias na de Salsete, e de vinte e dois mezes na de Bardez. Isto referido a 1879.

A criação de duas novas conservatorias nas comarcas de Sanquelim e Quepem não bastou para acabar pouco a pouco o atrazo do registo; porque a conservatoria de Sanquelim comprehende a provincia de Satary, de Bicholin e Pernem, e na conservatoria de Bardez os registos effectuados em dez annos representam apenas dois quintos dos registos; procedendo-se á separação dos titulos apresentados e não registados, reconheceu-se que para a conservatoria de Sanquelim passaram 238 titulos, ficando para a de Bardez 651; procedendo-se ao mesmo na conservatoria de Salsete, foram separados para Quepem 355 titulos e ficaram em Sal-

sete 2:690 titulos para registrar. Estes numeros mostram evidentemente que é urgente modificar o serviço das conservatorias, para poderem satisfazer as suas importantes funcções.

Este mal precisa remediado e propõem-se varios processos para o conseguir, sendo um d'elles o augmento de pessoal de cada conservatoria.

São estas as indicações que se apresentam em relação ás necessidades judiciaes.

XIII

Havia na India uma grave questão resultante da nossa conquista, e que profundamente abalava o espirito publico sempre que se levantava e se debatia entre Portugal e Roma. A questão religiosa na India foi sempre embaraçosa para o governo d'ste estado. Quando definitivamente se estabeleceu o nosso dominio em Goa, affluiram os frades quo erigiram conventos e promoveram missões por aquellas regiões orientaes. Eram de diversas ordens esses frades, e estavam sempre em guerra uns com outros.

Quando perdemos Ceylão, Malaca, Cochim e outras cidades, existiam nas cidades restantes quarenta mosteiros com poucos frades cada um, e procurou-se reduzi-los, mas inutilmente.

Em 1759, quando se extinguiram os jesuitas, fo-

ram presos aquelles que ali existiam; foi cedida a sua casa professa do Bom Jesus, o noviciado do Charão e a casa conventual de Rachol, aos missionarios italianos de S. Vicente de Paulo, para o estabelecimento de seminarios. Estes padres italianos, poucos annos depois foram expulsos da India, e substituidos por frades portuguezes da mesma ordem e por clerigos da congregação do Oratorio.

As ordens monasticas eram um grande trabalho para os governadores. Já em 1691 os governadores da India escreviam ao rei:

«Não dá tanto cuidado a quem governa este estado e no que elle se acha, como dão as continuas perturbações dos religiosos que existem n'estas partes, e é insoffrivel a inquietação que causam, pois apenas se socegaram os religiosos de Santo Agostinho, quando começaram a contender os capuchos, franciscanos e carmelitas; o que fazemos presente a V. M. para que seja servido ordenar o como nos havemos de haver nas bulhas d'estes religiosos, que em vez de gastar o tempo na conversão dos infieis, o consommem e passam todos em pendencias particulares, parecendo os claustros mais quarteis de soldados que habitações de monges».

A principio a India estava na parte espiritual sujeita ao prior mór da ordem de Christo. Foi no anno de 1534 que Paulo III constituiu o bispado de Goa. A instancias de el-rei D. Sebastião, Goa foi

elevada a arcebispado, e em 1606 o arcebispo de Goa teve o titulo de *primaz do oriente*.

O arcebispo e o cabido de Goa pelas suas desordens perturbaram a paz no estado, e os governadores obtiveram um breve apostolico e ordem regia para impedirem esses excessos.

Na India os christãos espalhados por todo o oriente, andavam tresmalhados e perdidos, em lucta perpetua com os vigarios apostolicos. Em 1857 ajustou-se uma concordata com Roma, a qual foi ractificada pelo governo portuguez em 1860. Esta concordata restringiu o antigo direito de padroado no oriente á egreja de Goa, de Cangranor, de Cochim, Maliapor e Muluca, a Macau e á China.

O governo portuguez comprometteu-se a contribuir, quanto n'elle coubesse, para a creação de um novo bispado no territorio do arcebispado de Goa, de accordo com a Santa Sé.

Proceder-se-ha á circumscripção dos bispados, e separou-se a jurisdição do bispado de Macau, continuando a pertencer-lhe a ilha de Singapura.

Poderão erigir-se novos bispados das partes do territorio que ficavam fóra dos limites das dioceses.

Á medida que se estabelecer a circumscripção de cada bispado, remover-se-ha successivamente do territorio da diocese o vigario apostolico que n'ella existir.

Esta concordata passou muitos annos sem ser

cumprida, e as questões com a Santa Sé multiplicaram-se e tomaram muitas vezes um tom azedo em que nada havia de cordeal. Ultimamente quando o novo embaixador foi para Roma é que as coisas tomaram um aspecto mais rasoavel, e parece que se chegou a uma solução mais pacifica, entrando debaixo do dominio do padroado muitos mil catholicos que d'elle estavam afastados.

Em 1560 foi creada a inquisição de Goa, e foi mais uma causa de intrigas e crueldades provocadas pelas idéas religiosas que dominavam no seculo xvi. A inquisição de Goa tinha uma bella casa ao lado da cathedral; os autos de fé faziam-se com tanta grandeza e fria crueldade como nas outras casas da mesma ordem que existiam em Portugal. A inquisição servia na India, não para attrair gente para a fé christã, mas para d'ella afastar os povos mais barbaros d'aquella região. Como não tinham tantos judeus, ou falsos judeus, a perseguir, empregavam-se em flagelar os gentios e mahometanos, e afastal-os do baptismo. N'aquelle estado longiquo servia ella muitas vezes para saciar a inveja e a intriga de um povo de si dado a estas paixões ignobeis. Os governadores serviam-se da inquisição para as suas vinganças muitas vezes, outras para satisfazerem as suas ruins paixões.

XIV

A maior e melhor parte dos portos e enseadas, desde o Cabo das Correntes até ao Japão, estava em poder dos portuguezes, ou era por elles visitada e frequentada. A posse dos mares da Arabia, Persia, India, China e Moluca era de Portugal, e para ali navegar era preciso auctorisação d'elle. Mas esse grande poder acabou e pouco resta d'elle. As nossas possessões na India estão hoje arruinadas, sem habitantes, sem cultura e sem industria.

Pela entrada dos portuguezes na Asia o commercio mudou de caminhos, e os arabes, que eram então senhores d'esse commercio, foram d'elle despojados. Lisboa passou a ser o emporio do commercio do oriente, como antes o eram Veneza, Genova e Florença no Mediterraneo. Nos meados do seculo dezeseis, o Egypto, que era o interposto para

o commercio das tres partes do mundo, estava abandonado e esquecido.

O islamismo, que ameaçava a Europa inteira, pelo dominio do commercio, perdeu o poder, porque os portuguezes lh'o tiraram, apossando-se do caminho da India e desviando-lhe o commercio.

O poder immenso que os portuguezes alcançaram na Asia, muitas causas lh'o fizeram perder. As causas principaes foram as seguintes:

—A pequena população de Portugal e a extensão desproporcionada dos nossos dominios, que elle buscava estender sempre, levou a nação a um extenuamento que facilitou a invasão hespanhola e a perda da independencia. Na Asia as numerosas praças e feitorias, que não tinhamos povoação para defender, foram perdidas por se encontrarem em face dos inimigos da Hespanha que se tornaram nossos inimigos.

—Os hollandezes atacavam-nos e, apesar de uma defeza heroica muitas vezes, apossaram-se de grande parte dos nossos dominios.

—Os portuguezes quizeram, ao tempo que eram conquistadores ser commerciantes. Aonde chegou a espada portugueza, estabeleceu-se o commercio a ferro e fogo. Os commandantes dos navios eram os negociantes, que em nome do rei exerciam o commercio e arbitravam o preço ás mercadorias. As guerras incessantes devastavam no mar e na terra,

por toda a parte, o commercio livre que fugia espavorido, deixando as terras nas mãos dos vencedores, que não sabiam fazer commercio, e deixavam os povos ao desamparo, tremendo de pavor e escondendo as mercadorias.

—Onde os portuguezes iam levavam o fanatismo religioso e com elle um odio implacavel a todos os cultos que não fosse o catholico. Os pagodes foram derrubados, e em vez d'elles levantaram-se egrejas e capellas; individuos de alta gerarchia eram arrancados á força da casa paterna e baptisados; por fim levantou-se a inquisição que destruiu e encheu de terror a India.

—Nos primeiros tempos do descobrimento da Índia não se pensava em fazer conquistas, nem elevar castellos, mas unicamente apoderar-se do commercio maritimo e conserval-o pela força. Mas esta opinião, que era a do vice-rei D. Francisco de Almeida, não foi adoptada por Affonso de Albuquerque. A distancia da India a Portugal era tão grande que se necessitavam portos de abrigo e estabelecimentos favoraveis para as naus se repararem, e se poder acudir a qualquer desgraça que no mar nos succedesse. Por isso Albuquerque se apossou de Goa, e de Malaca, e de Ormuz, etc. Goa como que foi considerada a capital das colonias da Asia; essa circumstancia tornou-se um grave inconveniente, porque a sua posição não era central, e o paiz

era aberto por todos os lados e infestado de epidemias.

— Uma das causas mais graves da decadencia portugueza na India foram os monopolios com que se fechou o commercio aos estrangeiros. O rei de Portugal fez-se commerciante e tomou para si o monopolio do commercio. As naus partiam de Lisboa para a India mal equipadas e fóra de monção; os naufragios eram frequentes, e mettiam-se clandestinamente mercadorias que saíam e entravam furtadas aos direitos.

— A navegação no principio do seculo xvi já não dominava, nem os particulares queriam emprender o commercio. Annos depois creou-se uma companhia para negociar na India, mas nada aproveitou, porque, demais, a sugeição de Castella soffocara toda a actividade na nação portugueza.

— A má politica do governo e a administração da justiça na India, contribuiu muito para a decadencia dos portuguezes. O luxo do oriente levou á infedilidade e mais vicios orientaes, deixando proseguir as prevaricações nos funcionarios publicos e a falta de justiça com que eram tratados pelo rei. A successão rapida dos governadores impedia que tivessem noticia do Estado que governavam, antes de chegar um successor que buscasse, primeiro que tudo, desmanchar o que o predecessor havia emprehendido.

—A historia do governo de Affonso de Albuquerque é a prova mais cabal d'esta verdade. Depois de um governo glorioso, Albuquerque, que adquirira o direito de governar a India, foi abandonado por D. Manuel e morreu já demittido. Os successores trataram de desmanchar o que elle tinha feito, em quanto que os indigenas o adoravam como um ser sobrenatural e iam sobre a sua sepultura levar as suas queixas e maguas.

—Estes erros de administração tornaram odioso o nome portuguez, e quando chegaram os hollandezes e inglezes, foram recebidos pelos indios, sem quererem saber se eram mais tyranicos e mais injustos os novos senhores.

—O ultimo remate da nossa decadencia na Asia, foi a entrada de Filippe II em Portugal. A politica de Castella tinha por fim enfraquecer Portugal, tirando-lhe as armas na terra e no mar. O resultado d'este erro politico foi a revolução que sacudiu o jugo hespanhol. Mas durante o dominio de sessenta annos, os portuguezes, espalhados pelo mundo, foram perdendo as virtudes que engrandeceram os seus maiores. Uns se fizeram piratas, outros se uniram aos estrangeiros, e quando os portuguezes sacudiram o jugo estrangeiro estava a nação extenuada, tinha perdido grande parte das conquistas asiaticas tomadas pelos hollandezes, e tinha quasi perdido o Brasil onde os hollandezes dominavam igual-

mente. Na impossibilidade de tomarem os portos da Asia e de reconquistarem a America, os portuguezes trataram de negociar um tratado com os Estados Geraes, o qual se assignou em 1661 por intervenção da Inglaterra. Por esse tratado os portuguezes accediam a todas as pretensões que os holandezes podessem ter ás conquistas da Asia, e estes reconheciam o direito dos portuguezes no Brasil.

Foram estas as causas principaes da decadencia do dominio portuguez nas terras orientaes. Ao dominio de Portugal seguiu-se o dominio dos holandezes, a que se seguiu a conquista ingleza que se estendeu por toda a India, ficando das nossas conquistas só o estado de Goa, Damão e Diu.

D A M Ã O

D A M Ñ O

I

Damão é um governo subordinado ao governo geral da India. Este governo, segundo se lê no *Oriente Conquistado*, entrou no dominio portuguez em 1569, que o reduziu e o encorporou n'esse anno nas possessões portuguezas.

O territorio de Damão confina pelo sul com o rio Calem, na margem do qual está uma aldeia que pertence aos inglezes. O rio é estreito e vadiavel. Pelo norte confronta com outro rio mais largo e profundo que se denomina Coileca; na sua margem uma aldeia tambem assim chamada, pertence ao regulo de Mandoim. Pelo occidente confina com o mar, e por leste com terras inglezas, e a estrada ferrea que liga Bombaim a Barodá. Este territorio tem de extensão de norte a sul duas leguas; e outro tanto de leste a oeste.

Em 1780, os vassallos do regulo de Parnem tomaram um navio portuguez e, como indemnisação cederam ao governo portuguez o pergannah de Nagar Avely, o que augmentou o nosso dominio em mais do duplo em extensão territorial, pois a nova aquisição tem de sul a norte duas leguas, e de leste a oeste tres leguas. Este novo districto é destacado do antigo, e a povoação, composta de maratas e mouros, está distribuida por 72 aldeias.

O porto de Damão é formado pelo rio que divide o territorio e desemboca no mar. A sul fica Damão grande, onde está situada a praça e cidade junto á foz; a norte, fronteiro á praça, Damão pequeno, com o forte de S. Jeronymo. Este porto seria dos melhores da India se não tivesse um banco que obstrue a foz e embaraça a entrada e saida de embarcações de mais de 250 toneladas.

A praça é um decagono regular, abaluartado, com duas portas, a do mar e a da terra, em soffri-vel estado, exceptuando o baluarte da barra que ameaça ruina. O forte de S. Jeronymo tambem está em bom estado. O material de artilheria compõe-se de vinte e nove peças de bronze, um obuz, dois grâes, trinta e uma peças de ferro e cinco de campanha. A maior parte d'estas peças está apeiada, e é indispensavel encommendar carretas para algumas.

O territorio de Nagar Avely é, como disse já, se-

parado do territorio antigo de Damão, por um vasto territorio com aldeias britannicas. A distancia entre a aldeia mais proxima e a praça de Damão será de 20 kilometros. O seu rendimento é o melhor de Damão; em 1878 foi de 19:242\$900 réis fortes. Divide-o em duas porções o rio Sandalcallo; a divisão do norte comprehende cincoenta aldeias e a do sul vinte e duas. A população total anda por 23:766 almas e indica augmento successivo e rapido. Divide-se em castas principaes que se denominam rajaputras, doriás, dublás e valrys. O numero de colonos que figuram como rendeiros é apenas de 1:430.

As aldeias são administradas pela fazenda publica. A séde da administração é em Dudrá, aldeia separada das outras por territorio britannico. Determinou-se que a administração se transferisse para Pardy, aldeia que fica central ao territorio do pergannah, e que tem agua potavel; mas para esta ordem se cumprir com vantagem é preciso construir uma ponte sobre o rio Sandalcallo.

As terras de Nagar Avely são muito favoraveis a diversas culturas, mas os ensaios são por ora limitados. Os arrendamentos fazem-se sem medições exactas, e, por isso, cada colono cultiva cinco ou seis vezes mais terra do que aquella por que paga renda. Apesar d'isso a população está reduzida á maior miseria, por duas causas: uma pela sua na-

tural indolencia, outra pela despotica influencia dos agiotas.

As culturas duram de junho a outubro, e, terminadas ellas, os colonos entregam-se á ociosidade e á embriaguez. Pagas as rendas e os juros exorbitantes aos agiotas, ficam os colonos reduzidos á penuria, vivendo de raizes sylvestres que apanham para comer. Quando chega a nova época da cultura entregam-se de novo aos agiotas, a quem pedem o dinheiro para semente com um juro de 50 por cento, pagando depois na época da colheita juro e capital em generos, com preço inferior ao do mercado e por medida de capacidade superior á legal.

Em Nagar Avely estão arrolados poucos cajurys (*sagus vinifera*). arvore d'onde se extrae a *sura*, bebida de que se faz aguardente.

Nas aldeias de Nagar Avely ha mattas em que a arvore *teca* predomina. Tem-se fallado d'estas florestas com exaggeração, avaliando-as em 8.000:000 de rupias chirinas; o certo é que estão mal tratadas, sem cortes apropriados, sem estradas, sem desbastes, sem repovoamento.

Esta desordem mereceria o estudo de um silvicultor intelligente e zeloso.

II

No anno de 1800 a 1820 construíram-se em Damão trinta grandes embarcações. Entre estas encontravam-se fragatas de guerra e navios de 800 toneladas. Para isto contribuiu a bondade das madeiras, e a existencia ali de constructores, carpinteiros, calafates e outros officiaes que trabalhavam bem.

Hoje que a construcção de ferro predomina, tem diminuído muito aquella industria em Damão.

As fabricas de Damão, onde se manufacturavam muitos tecidos brancos e pintados, que se chamavam *fazenda de negro*, arruinaram-se. Hoje ainda ha aldeias em que se fabricam fazendas de algodão, canequins, chitas, etc., em teares do systema primitivo e com linhos vindos da Europa ou dos terrenos britannicos visinhos.

Além d'esta industria moribunda ha ainda a pes-

caria, e a industria do sal. As pescarias occupam uma grande quantidade de *machins*, que salgam o peixe e o exportam para Paroly, Balsar e Surrate.

Existem ainda varios officiaes de marceneiro, carpinteiro, ferreiro, ourives, e d'outros officios em que se occupa a população.

A instrucção publica está pouco desenvolvida em Damão. Comtudo no Damão grande ha tres escolas, uma de ensino promiscuo, outra de guzarate, e a terceira de musica, sendo as duas ultimas sustentadas pela municipalidade.

Em Damão pequeno, na sala de D. Luiz I, excellente edificio construido e offerecido ao governo por um cidadão benemerito, o fallecido parsa Rustangy, existem cinco escolas; uma de ensino primario, uma de guzarate, mantidas pela camara, e os collegios de ensino primario, de inglez, e de meninas.

Além d'estas ha algumas escolas particulares de guzarate e de lingua moura.

É indispensavel augmentar as escolas.

Em Damão grande carece-se de uma escola de meninas, porque as pequenas não podem todos os dias atravessar o rio. Em Nagar Avely ha que crear escolas primarias nas aldeias mais distantes, a fim das creanças encontrarem ao alcance de suas casas o ensino com facilidade.

O commercio de Damão está em grande decaden-

cia. Antigamente estava elle na mão de estrangeiros, os quaes deixavam em Damão as commissões de saída e entrada.

O opio exportado clandestinamente de Malaca ou das margens do Indo, augmentou o commercio em Damão. Em 1817 a exportação para Macau foi de 640 caixas, cada uma no valor de 700 rupias. Em 1819 foram para Macau 1554 caixas e para Cantão 678 no valor de 850 a 900 rupias cada uma. Em 1820 foram 1133 caixas de 1400 a 1500 rupias. Em 1821 a 1829 foram, um anno por outro, 1000 caixas, das quaes o maior preço subiu a 2000 rupias.

O valor do que se exportava pertencia a negociantes de fóra, e pagava em Damão commissões, fretes e direitos.

Segundo diz na sua Memoria o desembargador Teixeira Basto, para desenvolver o commercio, é fazer-se ali a compra e a venda de fazendas para os navios europeus, e *extinguir-se a feitoria de Surat*. A primeira coisa não se pode decretar, a segunda está realisada.

DIU

DIU

Diu é, como Damão, um governo subalterno pertencente ao governo geral da India.

Diu é uma praça de guerra n'uma pequena ilha que tem de circuito tres leguas, situada ao sul de Guzarate, de que fórma a ponta meridional. Além da praça possuímos toda a ilha, e além d'isso um territorio do outro lado do rio.

A posição de Diu e o vasto e seguro porto que tinha, fazia os portuguezes ambicionar a sua posse. Era um porto indispensavel a quem queria lançar mão do commercio da Arabia, Persia e Guzarate; já Affonso de Albuquerque tencionou alcançar licença do rei de Cambaya para ali levantar uma fortaleza. Depois de Albuquerque os seguintes governadores da India continuaram a cubiçar Diu. Em

1519 Diogo Lopes de Sequeira preparou uma grande frota para a conquistar, mas nada conseguiu. Henrique de Menezes teve o mesmo intento, mas a morte não lh'o deixou verificar. Lopo Vaz de Sampaio dispendeu para o mesmo effeito sommas enormes em uma das mais poderosas esquadras que a India viu. No governo de Nuno da Cunha se principiou enfim, o levantamento de uma fortaleza por licença do rei de Guzarate Bahadur.

Depois do cerco a que Diu esteve sujeito, e da victoria de D. João de Castro, a fortificação se adiantou a ponto de ser por muitos annos aquella praça considerada a primeira da India.

A ilha de Diu é de constituição vulcanica, formada de rochas na sua maior extensão, sendo o restante d'ella, parte terras de aluvião inundadas pelas aguas, e parte terras araveis. No limite oriental elevam-se moles enormes de fragoas alterosas, cuja média elevação acima do nivel do mar é, proxima-mente de 26 a 27 metros. Sobre essas rochas ergue-se a potente praça; antes, no espaço por ella occupado, existia o castello dos mouros que occupava proximamente ametade da area da actual fortaleza.

A fortaleza tem a configuração de um hexagono irregular, formado por cinco baluartes e um forte a cavalleiro, dominando os outros, cuja elevação acima do nivel do mar é de 66 metros. A fortaleza

tem uma dupla muralha, que a cinge pelo lado mais fraco, isto é do lado da terra; e egualmente um duplo fosso, o exterior aquatico, e o interior secco, com escarpas e contra escarpas cortadas a pique.

A ilha de Diu tem na maxima extensão 15 kilometros e de largura tres e meio, sendo a sua area de 52 kilometros. A sua fórma modificada é de um parallelogrammo: a sua temperatura maxima varia entre 30° e 36° do thermometro centigrado, e a minima anda por 10° a 12°: as aguas pluviaes são na quantidade maxima de 22 pollegadas. O clima de Diu é excellente; saudavel e pouco atacado de doenças epidemicas.

A população em 1830 era de 6:680 almas, incluindo os soldados e funcionarios civis e ecclesiasticos: d'estes eram christãos 256 e ecclesiasticos 10. Hoje calcula-se a população em 12:000 almas, sendo apenas 150 christãos, e o numero de ecclesiasticos dois. Tem crescido a população mas tem diminuido o numero de christãos e o numero de padres.

A agricultura é quasi nulla, por que os habitantes não tem propensão para ella nem o terreno se presta, por ser arenoso e em parte ser falto de agua. Ha abundancia de braços, mas estes são indolentes e desajudados de capital e de intelligencia. O capital é minguadissimo e não busca a agricultura, e falta a intelligencia; não ha uma sucursal

do banco ultramarino, nem agronomos que auxiliem a cultura da terra. Ao abatimento da agricultura corresponde o da industria.

Em Diu havia fabricas de tecidos pintados da India. N'aquella ilha havia muitos tecelões e estampadores, tornando desnecessario o estabelecimento de Madrasta, que depois subiram, quando Diu abateu. Em 1830 os operarios de Diu eram em numero de 300 tecelões e 50 estampadores. O brilho e duração das pinturas nos tecidos de Diu, ainda que n'elles se encontre muita avaria, é ainda notavel. A importação e exportação, o commercio total de Diu, anda por 25:000\$000 réis. O rendimento da alfandega dá idéa do commercio, e foi em 1875 a 1878:

Exportação.....	3:441\$996
Importação.....	7:137\$322

Nos annos de 1878 a 1879:

Exportação.....	5:830\$927
Importação.....	11:867\$690

Em vista d'estes dados estatisticos, fica evidente o abatimento actual do commercio.

O commercio de Diu consiste, quanto á importação, em generos de primeira necessidade e co-

mestiveis, que vem do continente; pannos de algodão e seda de Cambaya; sedas e atalás de Surrate, linha e tintas, etc., marfim de Moçambique. A exportação é principalmente para Moçambique, e consta de alguns fardos de roupa. Para Macau havia antes commercio de opio, mas esse acabou.

MACAU

MACAU

I

El-rei D. Manuel animado pelo descobrimento da India, e excitado pelas narrativas de Marco Paolo sobre o celeste imperio, mandou em 1513 aos seus carregadores que fossem a Liampá, ponto muito frequentado pelos commerciantes europeus. O nome portuguez n'aquelle tempo fez com que fosse bem recebido na China, sendo admittido a estabelecer-se o commercio.

Logo que D. Manuel foi informado do bom exito da expedição commercial na China, mandou lá uma frota de sete navios e um embaixador, Thomaz Pereira, para negociar um tratado de commercio e amizade com o imperador. Os navios fundearam em Cantão, não tendo permissão de subir, e o em-

baixador foi por terra a Nankin, onde estava o imperador, cuja affeição o embaixador captou.

Na volta do embaixador da China, foi mandado a Cantão Simão de Andrade, com cinco navios. Este, porém, portou-se com imprudencia e levianidade, e suscitou as queixas dos povos, que se revoltaram contra o embaixador; Simão de Andrade foi atacado pelo almirante chinéz, e apenas ponde escapar a favor de uma tempestade.

Em 1518 nova expedição vae á China, e encontra resistencia, mas o commercio interrompido de novo se estabeleceu, quando os portuguezes aportaram a Liampá. Em 1544 os portuguezes praticaram uma violencia, e os chinas sublevados, baniram os portuguezes, roubaram-os e mataram muita gente.

Por este tempo estabeleceram-se as relações commerciaes entre portuguezes e o Japão, e então foram perseguidos os navios chinas, a ponto dos habitantes de Chincheu, por onde o commercio particularmente se fazia, para livrar-se de tantas perdas, offereceram aos portuguezes um estabelecimento n'aquelle porto, e o seu offerecimento foi acceite em 1546. Novas desordens vieram ainda obrigar os portuguezes a estabelecerem-se n'outra parte.

«No tempo do seu esplendor e prosperidade, Liampá fez-se um logar seguro para os povos da

China, Sião, Barneu, Sewhew, etc., contra os numerosos piratas que percorriam os mares. A cidade, ha muito florescente, tornou-se extremamente rica a partir de 1542, pelo seu commercio com o Japão. Possuia duas egrejas, uma casa da camara, dois hospitaes, e mais mil edificios particulares. Ainda que bastante submettida á China, era administrada por uma municipalidade.»

Assim se exprime Ljungstedt sobre o Liampó antes da sublevação china que baniu os portuguezes. A Liampó seguiu-se, como vimos, Chincheu, que foi perdida por outra revolução; e então o estabelecimento portuguez transportou-se para Lampacáo, seis leguas ao norte do estabelecimento anterior.

Em 1556 appareceu n'aquelles mares um pirata china que devastou os mencionados portos. Os chinas não podendo resistir-lhe, recorreram ao auxilio dos portuguezes, que o derrotaram e o aprisionaram em Macau, ilha deserta para onde elle se refugiara.

Em recompensa d'este grande serviço prestado pelos portuguezes, o imperador cedeu-lhes Macau, e elles edificaram ali uma cidade, e separaram por uma muralha, em que se abre uma unica porta, o seu territorio do territorio da China.

A cidade governou-se independente, segundo as leis e costumes portuguezes, por muitos annos, sem que os mandarins chinas buscassem intervir em coisa alguma no governo da nova cidade.

Este estado de coisas durou até que, em 1622, os holandeses, então inimigos da Hespanha, e por isso nossos inimigos, atacassem Macau com numerosas forças e chegassem a desembarcar 8:000 homens. O povo levantou-se e resistiu ao inimigo. Em 1623 foi mandado um governador para Macau e este cercou de muros a cidade.

No Japão haviam-se suscitado as perseguições religiosas, e por fim os portuguezes, suspeitados e vigiados, foram banidos d'este paiz em 1623; concorrendo para isso as intrigas dos holandeses que já navegavam n'aquelles mares e tinham grande poder.

Aquelles acontecimentos tiraram a Macau parte do seu poder, abateram a sua riqueza e commercio; os chinas tornaram-se menos respeitosos e ameaçaram os portuguezes de terem a mesma sorte na China que tinham tido no Japão. A revolução de 1640 que quebrou os grilhões de ferro que pesavam sobre Portugal, deram vigor aos macaistas e aquelle projecto, dizem, não se executou.

Os navios portuguezes que gosavam do privilegio de irem a Cantão sem o registo das suas carregações, perderam esse privilegio, e era preciso darem dinheiro para continuar a ser exemptos. Apesar d'isto, em 1612, os mandarins pretenderam que os galeões reaes pagassem tambem direitos, porque eram navios de carga e não navios de guerra. O

commandante dos galeões recusou-se a pagar; e os mandarins empregaram contra Macau a arma terrível da fome, recusando-lhe os viveres que eram fornecidos pelos chinas. Para se livrarem d'esta triste situação, os habitantes de Macau apoderaram-se dos capitaes. O senado em assembléa, a que foram convocados o capitão geral, o bispo, os prelados das ordens religiosas, tratou de resolver se devia pagar uma quantia avultada para livrar Macau das exigencias dos mandarins. A assembléa resolveu que a cidade pagasse a somma exigida para conseguir a liberdade de commercio.

O seculo xviii foi fatal aos portuguezes. Em 1720 perderam as terras de que estavam senhores fóra de Macau; muitos privilegios foram-lhe tirados, e estipulou-se que pagassem como feudo ou presente 125 taeis.

A origem d'este feudo é obscura. Os portuguezes estabeleceram-se em Macau livremente por concessão do imperador, e ali edificaram a cidade e se governaram por muitos annos. Segundo as tradições e os documentos existentes nos archivos portuguezes, o feudo foi, em sua origem, uma simples peita dada a Aitão, mandarin de Cantão, para tornar segura a sua benevolencia. Os portuguezes, além dos direitos de ancoragem, pagavam uma certa somma que era recebida e dispendida por Aitão, a que chamavam o peitado. Durou isto de dez o doze an-

nos, até que os portuguezes indo á feira, onde os mandarins tinham a receber os direitos que elles traziam, o chamado Pedro Gonçalves, que servia de interprete, disse a Aitão que trazia as 500 taeis que a cidade pagava por feudo. Aitão, como isto foi dito diante dos outros mandarins, vendo a sua critica posição, respondeu: «Sim, pois entreguem-as ao thesoureiro d'el-rei»; e é d'esta occasião que o feudo se paga ao imperador.

Seja como for, os portuguezes nunca perderam o seu dominio soberano sobre Macau, apesar das innumeradas questões que os mandarins lhes suscitaram em varias occasiões.

Em 1725 o numero dos navios portuguezes foi fixado em 25, porque o vice rei de Cantão fez sentir ao imperador de Yam-chim que a marinha já constava de 25 navios, e que, multiplicando-se, tornar-se-ia perigosa para o imperio.

Em 1740 as questões levantadas pelos mandarins e provocadas pelos portuguezes, tomaram certa gravidade, por quererem as auctoridades de Macau condemnar os chinas moradores da cidade que usavam pesos falsos; em consequencia d'esta questão foi um mandarin, por ordem do imperador, introduzido em Macau.

Pelos tratados de paz de 1842 e 1843, as portas de bronze do celeste imperio abriram-se ao commercio europeu e cederam á Grã-Bretanha a ilha de

Hong-Kong, a pequena distancia de Macau. No tratado supplementar de 1843, o imperador da China declarava que havia querido ceder graciosamente a todas as nações estrangeiras, cujos subditos ou cidadãos até então haviam commerciado em Cantão, o privilegio de commerciareem nos quatro portos de Fu-tchu, Anony, Ningepó e Chunglvi, com as mesmas condições que aos inglezes.

Por este tempo a situação dos portuguezes estava mudada; o seu commercio de Macau estava profundamente modificado, e o governo portuguez em 1845 declarou os portos de Macau portos francos para o commercio de todas as nações.

Conforme o relatorio que precede o decreto que declara porto franco Macau, os motivos foram os seguintes: que pela abertura de alguns portos da China ao commercio de todas as nações, as circumstancias que favoreciam o commercio de Macau haviam cessado, e se tornava necessario, por causa da mudança de situação que produzia este acontecimento, adoptar medidas, pelas quaes, modificando o systema restrictivo que até então tinha dominado e garantido a posição geographica da dita cidade, o seu commercio podesse ser favorecido e augmentar.

O governador, Ferreira do Amaral, foi encarregado de dar execução ao decreto que fez franco o porto de Macau. As alfandegas chinezas tinham uma

delegação em Macau, e os abusos que ali se praticaram tornavam-se intoleráveis. Ferreira do Amaral mandou demolir um posto fiscal na Praia Grande onde se cometiam abusos, exigindo dos pobres pescadores pesados impostos,

O arrematante d'este posto foi queixar-se a Cantão, e o vice-rei mandou um officio ao governador de Macau estranhando-lhe o comportamento, a que o governador respondeu que o posto fiscal fôra illegal e abusivamente estabelecido e tornando evidentes os maus procedimentos empregados pelo arrematante d'esse posto fiscal.

Este posto era apenas de pequena importancia: a delegação verdadeira das alfandegas chinas era na Praia-Pequena. Ferreira do Amaral declarou abolido o Ho-pu da Praia-Grande attendendo a que uma tal instituição china em territorio portuguez era inutil e, de mais, contraria aos principios do direito das gentes e incompativel com as nossas leis que regiam em Macau e com a transformação das relações commerciaes entre a Europa e a China. O mandarim que servia de chefe da delegação da alfandega oppoz uma resistencia passiva ás determinações do governador de Macau, mas Amaral mandou-o intimar para sair logo e fez executar a intimação com energia.

O mandarins n'esta conjunctura buscavam empregar a sua arma de predilecção contra Macau, mas

inutilmente. Ameaçavam de fome. Um dia as lojas do bazar fecharam-se todas para privar a população dos meios de subsistencia: o governador, porém, fez communicar que se em vinte e quatro horas as lojas se não abrissem, o bazar seria destruido pela artilheria do forte do Monte. No dia seguinte pela manhã todas as lojas, sem excepção, estavam abertas. O character firme de Amaral tornava inutil o uso dos antigos meios empregados pelos mandarins contra Macau.

Em 2 de agosto de 1849, passeava Ferreira do Amaral, desarmado, junto do *posto do Cerco*, quando um bando de assassinos o atacou e o trucidou cruelmente, cortando-lhe a cabeça. Uma guarda de soldados chinas que estava ali perto em vez de defender o governador mostrou que estava ali para auxiliar o assassinato; ao mesmo tempo uma força militar portugueza que foi occupar o posto do Cerco recebia o fogo do forte de Passalem, que os portuguezes atacaram e tomaram de assalto. Envergonhados de tomarem a responsabilidade de acto tão covarde, os mandarins reconheceram o direito que assistia aos portuguezes de se queixarem e de se reputarem offendidos.

Desde esta época a independencia de Macau tornou-se inviolavel. O mandarin que residia em Macau e que, por vezes tinha exercido funcções que offendiam os direitos soberanos portuguezes, aban-

donou o seu posto e nunca mais foi substituído. As Alfandegas chinas nunca mais estabeleceram delegações no território portuguez.

A soberania portugueza foi confirmada pelo sangue do heroico governador Ferreira do Amaral.

II

Em 1557, vencido e morto o pirata que devastava a costa da China, os portuguezes estabeleceram-se na ilha deserta de Macau, que lhes foi cedida pelo imperador da China em remuneração dos seus heroicos serviços. Com armas n'uma das mãos e a enchada na outra, como diz Faria e Sousa, os portuguezes fundaram a cidade do nome de Deus, onde se estabeleceram uns poucos de marinheiros valentes e abriram o commercio com o celeste imperio.

A população, a principio diminuta, rapidamente cresceu. Fernão Mendes Pinto, que escreveu poucos annos depois do estabelecimento da cidade, diz-nos que Macau, que antes era uma ilha deserta, se fizera uma cidade nobre com casas de tres a qua-

tro mil cruzados, egreja matriz, com vigario, beneficiados, capellão, auditor e officiaes de justiça, tão confiados e seguros com a certeza de que era nossa como se estivesse situada no porto mais seguro de Portugal.

Á população portugueza veio juntar-se uma numerosa população china, e esta subiu ao numero seguinte nos annos abaixo designados:

BAIRROS	1867	1871	1878
Bazar.....	14:572	19:877	14:343
Patane.....	8:481	7:215	6:524
Mong-há.....	8:182	5:576	2:328
S. Lazaro.....	2:590	2:598	3:111
Sé, S. Lourenço, Santo Antonio e Barra.....	22:426	20:941	20:313
Total da população terrestre.	56:252	56:202	46:619
População maritima.....	15:590	10:060	8:831
Total da população.....	71:844	66:267	55:450

A população total de Macau sem tomar em conta a população do Taipu e Colowan, china e não china, em 1871 e 1878 é a seguinte:

FREGUEZIAS E BAIRROS	1871	1878	DIFFERENÇA	
			PARA MAIS	PARA MENOS
Sé.....	44:467	8:700	—	2:767
S. Lourenço.....	9:889	42:078	2:489	—
Santo Antonio.....	5:048	3:587	—	1:461
S. Lazaro.....	2:598	3:464	866	—
Bazar.....	49:877	44:343	—	5:334
Patane, San-kiu, Sa-kong, Santi.....	7:215	6:524	—	691
Mong-há, Lung-tin-chin e Lung-tan-chin. Tap-siac, Seac-lu-tao, Ma-cau-seac.....	5:576	2:328	—	3:248
Total da população terrestre.....	61:670	51:024	—	—
Porto de Macau.....	40:060	8:935	—	1:425
Total da população.....	71:730	59:959	3:055	14:826

Macau

De 1871 a 1878 houve uma diminuição de população, e devemos ver se isso indica symptoma de decadencia ou não.

Na população do concelho de Macau, os 11:771 individuos, que representam a diminuição da população, decompõe-se do modo seguinte:

População do concelho do Macau

	China	Não china
1871	66:267	5:463
1878	55:450	4:509
Total para menos....	10:817	954

A diminuição da população não china, ou quasi exclusivamente portugueza, é devida ás constantes mudanças que teem logar em virtude das substituições de tropa e de empregados, com e sem familias, que constantemente teem logar.

Na diminuição da população china as cifras indicam circumstancias que attenuam a sua significação. As mulheres diminuíram em numero de 1:159: ora comparando as profissões em 1878 com as de 1867 vê-se que as meretrizes eram n'esta época em numero de 1867. Em 1871, época em que não ha estatistica por profissões, o numero devia ser

maior, porque era o tempo em que a emigração estava no seu auge; suppondo porém que o numero era egual temos que

Em 1871 havia meretrizes	1:867
Em 1878 , 	436
Para menos em 1878.	1:457

No total das mulheres chinas por annos, em 1878, temos 1:159: sendo o numero de meretrizes que abandonaram a colonia a mais d'este numero 242: assim pois deixaram Macau 1:459 meretrizes e entraram na população 292 mulheres a mais que constituiram familia.

Nos 9658 homens que se acharam de menos na população chinesa ha alguma coisa importante a notar.

Na estatistica das profissões em 1867 encontram-se os factos seguintes:

Estabelecimentos de emigração chinesa.	17
Colonos.	134
Corretores de colonos	319
Empregados nos estabelecimentos	163
Total.	633

Em 1871 a emigração cresceu ainda por Macau

23:882 colonos contratados e 458 livres: o numero de estabelecimentos era 24, dos quaes um só contava 1:754 corretores a seu serviço.

Assim não será errado o calculo que o numero de individuos pertencentes á emigração, principalmente colonos, fosse superior a todo o desfalque da população. Todo ou quasi todo o pessoal estrangeiro, envolvido na emigração saiu de Macau, quando esta foi extincta.

Os constructores de embarcações desceram na razão de 162 em 1878 para 67 que eram em 1867: o que mostra que a população productiva estavel cresceu.

A mudança que se tem dado no commercio, pelo uso de embarcações a vapor de carreiras regulares, deu logar a uma natural diminuição da população maritima china: um barco a vapor transporta hoje mercadorias que 100 navios chinas não chegariam a transportar. A diminuição da população maritima fica inteiramente explicada por este facto.

A população tambem diminuiu n'uma parte que se liga ao luxo, o qual diminuiu com a extinctão da emigração. Notando as profissões de 1867, comparadas com as de 1878 vemos o seguinte:

PROFISSÕES	1867	1878	PARA MENOS
Criados de servir.....	3:835	2:385	1:448
Culis.....	1:171	851	320
			Total... 1:768

Por estas reflexões sobre o recenseamento da população de Macau em 1878, feitas n'um trabalho bem elaborado pelo sr. José Alberto Côte Real, secretario geral do governo, vê-se bem que a diminuição da população não significa diminuição na intensidade productiva de Macau, mas é um symptoma da alteração no seu modo de ser, alteração que é uma natural consequencia da abolição da emigração.

III

Acabamos de nos referir anteriormente á emigração china por Macau. Este facto merece fixar a nossa attenção, e por isso vamos expor, resumidamente, a historia do denominado «trafico de culis».

A emigração de chinas contratados para serviços ruraes, principalmente, tomou em poucos annos em Macau um grande desenvolvimento. O governo da colonia tolerou e buscou minorar-lhe os inconvenientes, promulgando para esse fim successivos e cada vez mais apertados regulamentos, e adoptando medidas severas, organisando activa vigilancia, creando funcionarios, abrindo estabelecimentos destinados a dar cumprimento a rigorosos preceitos de policia e vigilancia para garantir os chinas emigrantes dos abusos a que estavam sujeitos.

Foram baldados os esforços e o zelo dos gover-

nadores. A emigração cresceu, e com ella os abusos e crimes contra os emigrantes, que eram enganados e levados dolosamente a emigrar, accumulados em navios, quasi sem comer, sem ar, sem luz, e sem espaço para repousar, para a America do Sul.

As catastrophes multiplicaram-se; as violencias odiosas e repetidas, os abusos repugnantes fixaram sobre este novo trafico dos culis a attenção da Europa. Os governos que haviam, não só tolerado mas promovido a emigração china, pozeram-lhe mais tarde peias e acabaram com ella, e a opinião por fim exerceu a sua natural e justa influencia.

Os crimes praticados na emigração china não foram desattendidos pelo governo portuguez, mas apazar d'isso fomos injustamente tratados por uma opinião exaltada. Logo que a emigração de culis por Macau se estabeleceu, o governo da colonia promulgou regulamentos; o rigor dos regulamentos cresceu com o augmento dos abusos commettidos pelos agentes da emigração, até que por fim, reconhecida a impossibilidade de pôr cobro aos abusos e reprimir fóra de Macau as violencias, que parece inevitavelmente acompanham este trafico, o governo portuguez resolveu ordenar que terminasse definitivamente a emigração contratada por Macau.

As leis chinas não auctorisam a expatriação; comtudo é antiga a emigração n'aquelle imperio, e as

auctoridades, se a não consentem ostensivamente, toleram-n'a pelo menos, ou mesmo parecem consideral-a como um meio de acudir aos males que resultam da superabundancia da população.

A raça china é naturalmente expansiva; e a despeito de todas as leis repressivas da emigração, os chinas proseguem a sua providencial missão de povoarem a Asia, a America, e talvez, em não remota época, a Africa tambem.

Em 1845 o governo inglez, abolida a escravatura e sentindo-se falta de braços nas colonias, provocou a emigração dos culis. Um especulador transportou de Amoy para a ilha Bourbon os primeiros carregamentos de chinas contratados; esta emigração principiou em 1845 por 180 e foi crescendo de anno para anno, chegando em 1851 a 2:069 culis. De Coulão tambem se estabeleceu igualmente emigração contratada, e durante os primeiros seis mezes de 1852 embarcaram 15:000 chinas nos portos acima indicados.

Os agentes officiaes britannicos buscaram promover a emigração e ao mesmo tempo minorar-lhe os inconvenientes. Duas difficuldades encontrou a administração ingleza para o conseguir. Uma foi a impossibilidade de promover a emigração de mulheres, por ser grande a repugnancia das mulheres honestas da China para a expatriação; esta difficuldade deu sempre á emigração dos culis um cara-

cter nada conforme com os sentimentos, costumes e opinião da nação ingleza.

A outra difficuldade, que obstou a que a emigração se fizesse em condições regulares, e perfeitamente expontaneas, foi a imprescindibilidade de corretores ou alliciadores que fossem ao interior do imperio engajar os emigrantes. Para minorar estes inconvenientes determinou o governo inglez que para ser corretor era preciso obter licença pela qual se pagava uma somma consideravel de 5:000 duros, e a terem os corretores sujeitos a multas e prisão pelas transgressões.

Disposições analogas foram adoptadas em Macau, com o fim de conseguir resultados identicos, mas os factos repetiram-se sem que os meios empregados surtissem effeito.

Já então se repetiam os actos criminosos, empregados pelos corretores para alcançarem numerosos emigrantes. Os conflictos a bordo dos navios de culis, as tentativas de revolta e de incendio, que só pela força se reprimiam, a mortalidade successiva a bordo, tudo tornava a emigração mais odiosa.

A emigração de colonos engajados por Macau, começou alguns annos depois de se haver estabelecido a corrente da emigração dos outros portos da China para varios paizes tropicaes, promovida pelas sugestões dos agentes interessados em levar braços para os paizes tropicaes onde os trabalhadores

faltavam. Dois francezes primeiro e um negociante macaista logo depois abriram o exemplo em 1851. Foram 250 os primeiros culis que saíram da colônia em navio portuguez e por conta de um portuguez, destinados a Calhao de Lima. Os contractos d'estes culis eram por oito annos de engajamento e pela soldada de 4 patacas por mez.

O visconde da Praia Grande, então governador de Macau, publicou um regulamento para tornar conhecidos do governo os depositos de colonos e tornar regulares as inspecções sanitarias. Reconheceu-se depois que era necessario regular o comportamento dos corretores a fim de assegurar a espontaneidade da emigração. Um regulamento estabeleceu tambem preceitos sobre os navios de transporte.

Isto, comparado com as datas dos regulamentos inglezes sobre taes assumptos, mostra quanto em Macau o governo era solícito em cohibir os abusos contra os culis e em minorar o soffrimento d'estes desgraçados.

Quando, por occasião das offensas feitas na China á Inglaterra e á França, estas duas potencias mandaram ali uma expedição que se apoderou, em 1857, da cidade de Cantão, trataram ellas das medidas sobre emigração, com o fim de, evitando alguns dos graves inconvenientes reconhecidos pela experiencia, a tornar mais regular. Era preciso, segundo os regulamentos promulgados em Cantão, licença para

abrir casa de emigrantes; os regulamentos d'estas deviam ser approvados, e estar claramente escriptos á porta dos depositos; os inspectores da emigração tinham direito de visitar os depositos para reconhecer se cada emigrante estava bem instruido da natureza dos engajamentos que tomava e para velar pela saude e condições hygienicas dos emigrantes; a assignatura dos contractos só se podia fazer em dois dias por semana; dos emigrantes embarcados em cada navio se devia fazer uma lista; os engajadores de emigrantes deviam ser registados, etc.

Em 1860 promulgou-se em Macau um regulamento, creando uma superintendencia da emigração, responsavel pela execução dos preceitos da emigração, e deu-se-lhe como auxiliar um interprete da lingua china. Ao superintendente cumpria assistir aos exames feitos na procuratoria e assignar os contractos conjunctamente com o procurador; ter um livro de matricula dos emigrantes; dar a estes copia dos contractos e os esclarecimentos necessarios até se assignarem seis dias depois da matricula. Os colonos, assignados os contractos, deviam receber os adiantamentos estipulados e ser transferidos para bordo dos navios que os deviam transportar. Só com permissão dos paes os menores de vinte e cinco annos se podiam contractar. Estabelecia depois o regulamento as condições do contracto. Os regulamentos dos depositos e dos navios emigrantes careciam da

approvação do governo. Os portuguezes não podiam ir ao territorio china fazer engajamentos, nem a navios portuguezes era permittido transportar emigrantes para Macau, nem para outra parte na China.

Á medida que a emigração tomava desenvolvimento, os seus inconvenientes tomavam maior gravidade.

Em principio de 1862 os Estados-Unidos promulgavam uma lei prohibindo o trafico dos culis aos cidadãos americanos ou estrangeiros ali residentes. Os navios encontrados em contravenção ficavam sujeitos á confiscação, perseguidos e julgados em qualquer tribunal.

Em 1868 o governador de Macau formulou um novo regulamento, que augmentou a responsabilidade do governo, creando um deposito de emigrantes na superintendencia, e occupando-se com demasiados cuidados dos interesses dos agentes de emigração.

Por este tempo o ministro inglez junto do governo chinez empregou suggestões e intrigas para impedir a emigração por Macau. Em virtude d'estas intrigas o governo chinez dirigiu ao vice-rei de Cantão uma comunicação para se oppor á emigração por Macau. O vice-rei dirigiu uma comunicação ao governador da colonia portugueza, em que dizia que mr. Wade havia feito conhecer a irregularidade dos engajamentos que se faziam «sem a devida permissão

das auctoridades chinezas e estrangeiras e sem garantia de que as condições do contracto sejam cumpridas», o que era mal visto pelos negociantes estrangeiros; que em vista d'estas ponderações do governo inglez, o governo de Pekin recordara n'um officio a elle vice-rei que a emigração era prohibida pelas leis chinezas, mas, por se não poder impedir em todos os pontos a emigração, se fizera um regulamento em 1866, que dava todas as garantias aos emigrantes. Em vista d'este officio, o vice-rei de Cantão dizia ao governador de Macau na sua communição que de 1863 a 1865 alguns negociantes inglezes e francezes tinham aberto estabelecimentos de emigração em Cantão e em Suatá, sob a fiscalização dos commissarios chinezes e estrangeiros, mas que o engajamento de colonos não fôra permitido ás outras nações que não tinham tratado; que em 1866 se tinha feito, em virtude dos tratados, um regulamento de accordo com os governos francez e inglez, o qual tinha a approvação do imperador, e se haviam então avisado as outras nações de que desde logo seria posto em vigor o dito regulamento, sendo para notar que desde então nenhum negociante estrangeiro viesse a Cantão abrir estabelecimento de emigração; que em 1867 lhe fôra observado pelo ministerio dos negocios estrangeiros que, por não haver em Macau nenhuma auctoridade chineza, os negociantes estrangeiros iam ali fazer en-

gajamentos clandestinos; e, finalmente, o governo chinês acabava de publicar a todos os embaixadores estrangeiros que aos negociantes das nações que não tinham tratado não era permittido abrir estabelecimentos para engajar colonos, quer em Macau quer em Cantão, e que aos navios das ditas nações não seria também permittido transportar colonos, ficando livre aos negociantes das nações com tratado não só engajar colonos, segundo o regulamento, mas abrir estabelecimentos de emigração em Macau. Concluia o vice-rei, dizendo que dera as mais rigorosas ordens para punir os contraventores das ordens do governo chinês, e esperava que o governador de Macau dêsse as ordens mais estrictas aos seus subordinados para vigiarem, a fim de que logo que descobrissem qualquer negociante que em Macau estabeleça casa de emigração, ou qualquer malfeitor indigena que abra estabelecimento para comprar homens roubados para os vender como emigrantes, procedam rigorosamente contra elles.

O governador repelliu com dignidade o que no officio do vice-rei havia de attentatorio contra a independencia de Macau. Este officio do vice-rei não teve consequencias immediatas, mas tornou patente a hostilidade do governo de Pekin á emigração por Macau. Mezes depois o vice-rei de Cantão officiou de novo ao governador de Macau, insistindo em querer que o governador attendesse ás suas anteriores

observações, e referindo-se á convenção de 1866. Esta convenção a que o vice-rei se referia estava nulla por não ter sido ratificada pelos governos francez e inglez.

Apezar das repetidas e rigorosas medidas tomadas pelo governo de Macau contra os abusos da emigração, continuaram estes a repetir-se, e entre elles havia a notar que os navios que transportavam culis levavam bandeira de um paiz a que não pertenciam. O governador de Macau estabeleceu que os culis só fossem transportados em navios de nações que tivessem tratado com a China, ou d'aquellas para onde os colonos se destinassem.

Os factos estavam provando que os emigrantes se deixavam illudir, e que os crimes de incendio e revolta a bordo levavam a suspeitar que entre os emigrantes se introduziam piratas e malfeitores com o fim de occupar os navios no alto mar.

Em 1871 foi nomeada uma commissão para investigar a maneira por que era regulada a emigração e propor as providencias a adoptar para assegurar a liberdade dos culis e o seu bom tratamento a bordo.

Em consequencia dos trabalhos d'esta commissão o governador adoptou algumas medidas que tinham por fim: fiscalisar a capacidade moral dos encarregados dos estabelecimentos; evitar o contacto dos corretores com os emigrantes recolhidos nos estabe-

lecimentos ou na superintendencia; conhecer e registar os culis chegados a Macau nas embarcações chinas; inspeccionar os emigrantes a bordo, exigindo dos capitães a declaração de que não lhes constava levarem em seus navios emigrantes suspeitos de piratas ou enganados; finalmente, melhorar a inspecção dos estabelecimentos de culis.

As medidas tomadas successivamente sobre a emigração por Macau chamam a attenção por não se occuparem effectivamente senão da fiscalisação dos colonos emquanto se conservam nos estabelecimentos e na superintendencia, mas não previnem ou castigam os abusos dos corretores no acto da alliciação no territorio chinéz, nem alteram as suas condições fundamentaes nos contractos dos emigrantes. A administração buscava não perturbar um commercio que considerava como origem da prosperidade de Macau.

Novo regulamento em 1872 foi publicado pelo visconde de S. Januario, que era então governador. Este regulamento reproduz as prescrições dos antecedentes, modificando-as ou ampliando-as n'alguns pontos. O regulamento começa por affirmar a liberdade dos chinas emigrarem pelo porto de Macau, devendo ser repatriados os que declararem a resolução de não querer emigrar.

Os agentes auctorisados com licença para contractar emigrantes para os portos permittidos devem

participar o numero de depositos que teem e o numero de emigrantes que n'elles pretendem receber, assim como o numero dos encarregados assistentes e dos chinas: a fim de se conhecerem as circumstancias hygienicas dos depositos e a capacidade dos encarregados. Estes prestam uma fiança de 1:000 patacas; estes são todos responsaveis e a sua exclusão pode ser exigida pelas auctoridades.

Os depositos devem estar abertos quatro horas por dia para serem inspeccionados e os colonos receberem conselhos sobre os contractos. Os culis não são admittidos na superintendencia senão depois de inspeccionados pelos medicos, da leitura e explicação dos contractos, e do exame do superintendente. Recolhidos os que querem emigrar, não teem na superintendencia communicação com os empregados dos depositos; os corretores, mesmo querendo emigrar, estão separados dos emigrantes. Os contractos são assignados no segundo dia, em presença de uma commissão. Os culis que não querem emigrar são remettidos ás terras da sua naturalidade.

Este regulamento conservou as clausulas dos contractos, com pequenas alterações.

A falta de assentimento explicito e mesmo de coadjuvação das auctoridades chinezas foi uma das causas principaes de se manterem sem correcção os abusos praticados pelos corretores. A não ratifica-

ção do nosso tratado com a China, a falta de accordo sobre emigração e a falta de representante chinês em Macau, aggravaram aquelles males, por tornarem impossivel uma efficaz e rigorosa fiscalisação sobre os actos dos corretores.

Sendo um facto provado que os abusos dos corretores eram dos mais odiosos e tornavam a emigração mais repugnante, não pode deixar de notar-se que no regulamento de 1872 nada se estipulava ácerca d'ella.

O sr. visconde de S. Januario, a quem se não podiam occultar os defeitos do regulamento por elle publicado, foi-o modificando por medidas subseqüentes, sempre no sentido de melhorar a sorte dos emigrantes e pôr a honra da colonia portugueza a salvo das violentas accusações com que uma opinião apaixonada a estava infamando.

Em 1873 o governador de Macau estabeleceu que nos contractos da locação de serviços se incluísse a clausula da passagem de regresso findos os respectivos contractos. N'outra ordem reduziu a 6 annos a duração dos contractos.

A historia das providencias repetidas, variadas e sempre infructiferas, tomadas pelo governo de Macau contra os abusos da emigração contractada, basta a provar o quanto aquella emigração estava profundamente inquinada de vicios que se não podiam extirpar. Antes de chegarem a Macau, e en-

trarem debaixo da acção das auctoridades ali destinadas a fiscalisar a emigração, e mesmo durante o tempo que se conservavam nos depositos e na superintendencia, os culis, illudidos, enganados, fascinados, opprimidos, subjugados por promessas ou por ameaças, dominados pela esperanza de melhorar de sorte ou pelo terror de voltar á miseria, nem comprehendiam os seus interesses, nem descobriam a verdade, nem sabiam resistir aos que especulavam com elles como se foram mercadoria vil, nem comprehendiam muitas vezes os engajamentos que tomavam, nem se preocupavam de um futuro que vagamente se lhes representava como prospero e sem perigos.

Além dos abusos que precediam o engajamento dos culis em Macau, havia faltas subsequentes que tornavam este trafico odioso.

As condições hygienicas, o espaço, o ar, a luz, a limpeza, a alimentação a bordo dos navios de emigrantes foram coisas sempre cuidadas nos regulamentos de Macau; é, porém, certo que a falta de acção sobre os navios, uma vez no alto mar, fizeram com que o effeito d'aquellas disposições, tomadas n'um intuito humanitario, não correspondessem ao que se esperava alcançar. A mortalidade a bordo dos navios de culis que faziam largas viagens para a America era tão consideravel que se não pode deixar de affirmar que os preceitos da mais indispen-

savel hygiene não eram cumpridas, nem se cuidava da saude e vida dos desgraçados emigrantes.

Em documentos apresentados ao parlamento inglez em 1855 encontra-se uma estatistica da emigração para o Perú, nos annos de 1843 a 1855, onde se vê que de 7:356 emigrantes embarcados só 4:754 chegaram ao seu destino, sendo os mortos a bordo 549. A relação dos mortos aos transportados nos navios que levaram os culis ao seu destino foi de 10 por cento, proximamente.

N'outro documento de 1858 encontra-se uma estatistica de trabalhadores chinas em Cuba desde 1 de janeiro de 1847 até 31 de dezembro de 1857, e por ella se vê que foi de 23:928 o numero de emigrantes partidos da China, de 20:586 o numero dos que chegaram ao seu destino, e de 9:342 o dos que morreram na viagem. A relação dos mortos para os embarcados foi de 14 por cento.

As informações dos nossos consules confirmam esta excessiva mortalidade. Não é só, porém, esta mortalidade que torna odioso o trafico dos culis; infamam-a tambem actos de violencia, incendio, roubo e massacres praticados a bordo de alguns navios.

No relatorio que precede o ultimo regulamento de 1872 diz-se que «desde 1856 partiram de Macau 414 navios com colonos, e só 5 deixaram de chegar ao seu destino por terem sido saqueados pelos

emigrantes». Esta proporção, considerada como diminuta, de cinco catastrophes por pouco mais de quatrocentos navios, é, quando se considera com a devida ponderação, tão extraordinaria como pavorosa. As violencias e revoltas de culis foram quasi sempre provocadas, ou pelo tratamento barbaro que nos navios recebiam, ou pela introdução a bordo de criminosos a titulo de emigrantes; cada uma d'aquellas catastrophes descobre as angustias, as miserias, a oppressão, a fome, a tyrannia, que padeceram centos de homens, ou revela o vicio profundo de uma emigração em que se occultam facinoras dispostos a commetter os crimes mais atrozes.

Estas razões multiplicadas e variadas levaram-me em 1873, eu era então ministro da marinha e ultramar, a prohibir a emigração contractada por Macau; esta resolução do governo foi por telegraphia communicada ao governador em 20 de dezembro. Em 23 o visconde de S. Januario publicou uma portaria fixando em 27 de março de 1874 o termo definitivo d'aquella emigração.

Além d'estas razões humanitarias, tomei em consideração outras que me confirmaram na minha opinião. Vou expol-as para concluir.

A estatistica da emigração dos culis por Macau, desde que sobre ella se fixou a attenção do governo, foi a seguinte :

ANNOS	HAVANA	PERÚ	DIVERSOS LOGARES	TOTAL
1856.....	2:253	—	240	2:493
1857.....	6:753	450	880	7:383
1858.....	8:913	300	821	10:034
1859.....	7:695	321	953	8:969
1860.....	5:773	2:098	248	8:119
1861.....	—	—	—	—
1862.....	752	1:459	325	2:536
1863.....	2:922	3:739	325	6:660
1864.....	4:489	6:243	325	10:712
1865.....	—	—	—	—
1866.....	—	—	—	—
1867.....	—	—	—	—
1868.....	8:835	3:371	—	12:206
1869.....	4:124	4:876	—	9:000
1870.....	1:064	12:343	—	13:407
1871.....	5:706	11:377	—	17:083
1872.....	8:045	13:809	—	21:851
1873.....	6:307	6:709	—	13:016

A emigração dos culis, apesar das alternativas demonstradas pelos dados estatísticos, sempre tendeu a crescer. Aos males por tal emigração occasionados, em vão buscaram oppor-se regulamentos rigorosos; o interesse de alguns homens, a immoralidade dos corretores, o pedido de braços para onde se estabeleceu a emigração, não cessaram de influir no desenvolvimento do trafico. Os verdadeiros interesses de Macau eram sacrificados a uma illusoria prosperidade, a qual, ao passo que quebrava a energia da população, infamava a colonia e desdourava o bom nome portuguez. As nossas relações com a China tornavam-se todos os dias menos cordaes, e chegariam a aberta hostilidade se não acabasse o trafico dos culis. O credito de Macau e os seus interesses e prosperidades perdiam com se não tomar uma resolução prompta e energica sobre este grave assumpto.

O numero de repatriações que se fizeram desde que a fiscalisação de emigração se fez com zelo e conforme os regulamentos mostra por um lado que a administração de Macau se empenhou em cumprir os seus deveres, por outro lado prova a falta de escrupulos, a improbidade e immoralidade, não só dos corretores, que traziam a Macau os emigrantes por meios fraudulentos, senão dos agentes da emigração, que os recebiam e os mantinham enganados nos depositos. A repatriação subiu a um

quinto dos chinas conhecidos em Macau como emigrantes.

Á emigração se deve attribuir o abandono de numerosos cadáveres nas ruas de Macau. O governador em 1872 mandava recommendar ao superintendente da emigração que communicasse aos encarregados dos culis que esses taes estabelecimentos seriam fechados logo que se provasse que abandonavam os emigrantes invalidos em lugar de effectuarem a sua repatriação.

A emigração teve como resultado immediato e apparente o crescimento da riqueza de Macau, mas o resultado real foi diverso.

A população de Macau em 1822 compunha-se de 4:315 christãos, incluindo 537 escravos, e de 8:000 chinas.

Segundo uma estatistica de 1849 a população de Macau era de 4:587 christãos e de 25:000 chinas. A população christã comprehendia 490 escravos. Nesta época não havia emigração por Macau.

Em 1860 constava a população christã, incluindo os militares, de 5:219 individuos, sendo 790 chinas christãos.

N'um recenseamento da população chinesa do anno de 1867 vê-se que esta população era em Macau de 52:252 individuos.

A população chinesa teve um augmento extraordinario de 1849 a 1863, mas este crescimento

não mostra senão que a população tem um caracter essencialmente fluctuante e por isso muito variavel. Para o provar basta ver que a população chinesa por naturalidades é a seguinte:—originaria de Macau eram 5:723 individuos, de Cantão 48:617, de Fokim 1:797, de outras procedencias 115. O numero de chinas naturaes de Macau era devido a acharem-se muitos ausentes em Cantão, nas colonias britannicas de Hong-Kong e Singapura e ilhas da Mahore.

No censo da população de 1871 acha-se a população christã de 5:375 individuos, accusando um augmento insignificante em relação a 1860. A população chinesa era de 64:029, sendo a que residia em terra 53:761 e no mar 10:268.

As difficuldades resultantes da acção dos postos fiscaes chinas que cercavam Macau eram de certo a causa da diminuição da população maritima. Dividida por naturalidades, a população chinesa de Macau apresentava: naturaes de Macau 16:925, naturaes de Cantão 43:078, naturaes de Fokim 4:035.

A população total chinesa habitando no mar e na terra diminuiu consideravelmente:

DESIGNAÇÃO	1867	1871
População chinesa em Macau habitando em terra.....	15:590	10:268
População chinesa em Macau habitando no mar.....	56:252	53:761
	71:842	64:029

É facil notar tres factos no que fica exposto:—
 1.º Que a população christã cresce muito lentamente, e, se attendermos ás causas que a fazem variar, pode dizer-se talvez que fica estacionaria; 2.º Que a população chinesa é, na sua maior parte, fluctuante, e nada representa com relação á prosperidade da colonia; 3.º Que a população chinesa tinha diminuido nos ultimos annos, apesar da emigração crescer.

Vejamos agora o que nos diz a estatistica commercial.

O commercio faz-se em Macau por navios de alto bordo, que transportam as mercadorias para portos mais ou menos distantes, e por embarcações chinas de pequena lotação, que as transportam por cabotagem entre portos visinhos.

Segundo os dados estatisticos, vê-se que nos periodos de maior incremento da emigração o commercio ficou estacionario, ou antes tendeu a diminuir.

**Commercio de importação e exportação em Macau
nos annos de 1864, 1865, 1866 e 1871**

Designação	1864	1865	1866	1871
Navios de alto bordo. { Importação	5.378.783\$000	5.814.223\$550	6.706.271\$900	5.429.618\$100
Exportação	4.041.103\$700	3.965.097\$850	3.255.243\$300	2.708.334\$600
Embarcações chinezas { Importação	695.706\$300	729.047\$550	706.922\$050	1.538.308\$750
Exportação	436.816\$700	436.394\$250	391.799\$000	4.212.758\$750
Movimento geral do commercio.	10.552.411\$700	10.944.763\$200	11.150.236\$250	10.889.020\$200

Avulta muito no movimento commercial de Macau o opio: como este seja destinado para um uso vicioso, que contribue para deprimir a energia do povo que o consome, pode melhor avaliar-se o commercio em relação aos interesses reaes da colonia, separando o valor do opio dos outros valores que representam o movimento commercial.

Por esta fórma obteremos um resultado interessante, que é o seguinte:

Commercio em navios de alto bordo

154

ANNOS	IMPORTAÇÃO			EXPORTAÇÃO		
	Opio	OUTRAS MERCADORIAS	TOTAL	Opio	OUTRAS MERCADORIAS	TOTAL
1864....	6.323:407 \$350	2 053:375 \$650	8.378:783 \$000	46:096 \$350	3.995:005 \$350	4.041:105 \$700
1865....	3.413:481 \$150	2.700:742 \$400	5.814:223 \$550	83:935 \$800	3.881:162 \$050	3.965:097 \$850
1866....	4.614:737 \$550	2.181:534 \$350	6.796:271 \$900	1:032 \$500	3.254:180 \$800	3.255:243 \$300
1871....	4.462:952 \$200	966:665 \$900	5.429:618 \$100	7:565 \$000	2.700:769 \$600	2.708:334 \$600
	18.514:578 \$250	7.904:318 \$300	26.418:896 \$550	138:659 \$650	13.831:117 \$800	13.969:781 \$450

Commercio em embarcações chinas

155

ANNOS	IMPORTAÇÃO			EXPORTAÇÃO		
	Opio	OUTRAS MERCADORIAS	TOTAL	Opio	OUTRAS MERCADORIAS	TOTAL
1864.....	—	695:706\$300	695:706\$355	188:792\$050	218:024\$050	436:816\$700
1865.....	—	729:047\$550	729:047\$550	251:575\$350	184:818\$900	436:394\$250
1866.....	—	706:922\$050	706:922\$050	251:358\$600	140:440\$400	391:799\$000
1871.....	—	1,538:308\$750	1,538:308\$750	763:932\$400	148:826\$350	1,212:758\$750
	—	3,669:984\$650	3,669:984\$705	1,455:659\$000	1,022:109\$700	2,477:768\$700

Movimento geral do commercio

ANNOS	OPIO	OUTRAS MERCADORIAS
1864.....	3.558:296\$350	6.994:415\$350
1865.....	3.448:992\$300	7.495:770\$900
1866.....	4.867:458\$650	6.283:077\$600
1871.....	5.234:449\$600	5.654:570\$600

No primeiro periodo de 1864 a 1866 a importação do opio representa 61 por cento; no segundo periodo, 1870, o opio representa 92 por cento. A média annual da importação total em navios de alto bordo baixou nos dois periodos antecedentes de réis 5.996:426\$150 a 5.429:618\$100 réis: considerando a importação com excepção do opio, a diminuição foi mais consideravel, pois que a importação baixou de 2.312:850\$833 a 966:665\$900 réis.

Na exportação em navios de alto bordo, em que o opio tem um logar insignificante, do primeiro para o segundo periodo a diminuição tambem manifestou as mesmas tendencias. No primeiro periodo a ex-

portação foi de 3.753:813\$616 réis e no segundo foi de 2.708:334\$600 réis.

O commercio em embarcações chinezas, muito mais limitado no seu valor do que o dos navios de alto bordo, apresenta nos dois periodos tendencia a crescer.

Considerando o movimento geral commercial achase que a média do primeiro periodo foi da quantia de 10.849:470\$316 réis, e em 1871 foi o movimento commercial de 10.889:020\$200 réis.

A emigração de Macau não promoveu o desenvolvimento commercial, antes parece haver absorvido toda a actividade da colonia, mudando as suas fontes naturaes de riqueza.

Se considerarmos por ultimo os rendimentos publicos e a sua marcha encontraremos tambem evidentes provas de que a prosperidade de Macau era apparente e encobria uma profunda depressão moral, uma paralysação das forças productivas.

Em dezeseis annos os rendimentos cresceram na razão de 365 por cento; os rendimentos provenientes das licenças para loterias, jogos e venda de opio esses cresceram na razão de 909 por cento.

O seguinte mappa dá d'isto testemunho:

Rendimentos publicos em Macau

Designação	1856-57	1860-61	1867-68	1872-73
Impostos pagos por christãos.....	41:447\$550	24:147\$150	20:820\$347	19:529\$031
Impostos pagos por chinas.....	12:484\$800	18:618\$400	22:682\$544	23:514\$087
Loteria chinesa.....	9:446\$250	27:200\$000	40:335\$333	49:566\$333
Licenças de casas de jogo.....	9:823\$450	75:536\$750	107:797\$000	127:500\$000
Licenças para venda de opio.....	4:547\$500	18:942\$250	32:153\$000	35:700\$000
Outros.....	12:446\$500	26:409\$500	38:907\$446	54:593\$614
Impostos indirectos.....	5:508\$850	8:477\$900	13:684\$344	17:254\$387
Diversos e { Diversos.....	32:975\$750	9:429\$850	12:995\$982	47:655\$096
eventuaes.. { Eventuaes.....	6:620\$650	2:867\$900	13:756\$448	5:000\$000
Somma.....	104:641\$300	208:329\$700	303:432\$414	380:012\$748

As necessidades de força publica, de policia, de vigilancia e actividade administrativa e judicial para manter a ordem n'uma população fluctuante, e a abundancia de recursos, fizeram com que as despesas crescessem quasi na mesma proporção de que as receitas.

Para se avaliarem os augmentos de despesa durante os annos em que a emigração se desenvolveu, assim como as modificações que essa despesa deverá soffrer quando as circumstancias actuaes hajam passado, é bom ver o quadro das despesas publicas em Macau.

Deve notar-se que na administração geral se comprehende a policia.

Despesa publica em Macau

Designação	1856-57	1860-61	1867-68	1871-72
Governo e administração geral.....	13.013\$500	28.962\$000	40.786\$765	94.183\$015
Administração de fazenda.....	4.030\$704	4.941\$000	5.878\$131	6.196\$552
Administração de justiça.....	3.139\$000	3.965\$200	4.601\$807	14.001\$771
Administração ecclesiastica.....	2.754\$000	3.061\$700	3.835\$982	4.122\$110
Administração militar.....	27.155\$800	38.191\$700	64.094\$707	62.550\$812
Administração de marinha.....	485\$353	5.412\$800	31.016\$155	39.027\$059
Encargos geraes.....	—	—	76.308\$806	46.263\$617
Diversas despesas.....	18.997\$500	30.910\$200	22.474\$030	
Somma.....	69.575\$850	115.447\$600	248.996\$383	266.341\$936

Esta exposição rápida dos factos basta para nos convencer de que a emigração contractada por Macau não foi origem de verdadeira prosperidade, nem teve consequencias economicas e sociaes que podessem desculpá-la de seus profundos vicios e iniquidades.

Para se reconhecer a quem aproveitava o consideravel movimento de capitaes e as transacções lucrativas do trafico dos culis é preciso recordar as palavras do sr. visconde de S. Januario n'um officio ao governo.

«A nação portugueza, lia-se no officio do governador de 23 de maio de 1873, soffrendo muito no seu credito, não é a que mais lucra com a emigração. Este movimento de trabalhadores engrandece principalmente paizes estrangeiros (Hespanha, Perú, etc.), é dominado pelos capitaes estrangeiros e enriquece companhias e agentes estrangeiros, com quanto augmente assim a receita publica de Macau e occacione um certo commercio e movimento de fundos na colonia, favoravel á sua prosperidade».

Vê-se por estas conscienciosas informações do governador que, principalmente os capitaes e empresarios estrangeiros, e os agentes e aliciadores chinas, lucravam com a emigração.

O negocio da emigração estava concentrado em poucas mãos, e na posse de estrangeiros na sua

maior parte. Os agentes de emigração constituíram-se no fim em associação para explorarem essa industria, e os agentes, julgando-se perdidos, representaram ao «governador» para os defender contra a sociedade dos agentes da emigração, que queria constituir um monopolio em prejuizo dos seus contractos.

A angustia, a miseria que estas queixas revelavam não deixavam duvida de que o trafico dos culis não só corrompia, mas arruinava parte da população de Macau, em nome da qual por longo tempo se sustentou aquelle attentado contra a humanidade.

Foi em vista d'estas considerações que me resolvi prohibir definitivamente em Macau o trafico dos culis. O sr. visconde de S. Januario dando-me noticia dos actos que praticara, em virtude da comunicação que recebera do governo, dizia-me em 3 de janeiro de 1874 o seguinte:

«Muitas medidas terei que estudar e de publicar successivamente durante o periodo que decorre até se tornar effectiva esta deteminação, e que serão conducentes, não só a supprimir tudo quanto era concernente ao trafico de colonos contractados, mas tambem a destinar alguma compensação a numerosos empregados, que perdem a maior parte dos seus vencimentos; a prever pela ordem e tranquillidade publica, visto que um grande numero de chi-

nas que eram corretores da emigração, e que estão longe de serem de bons costumes, ficam sem emprego; e, finalmente, a auxiliar o commercio de Macau, abrindo-lhe, se for possível, novos horisontes.

«Além d'isso estou estudando novas disposições que regulam em Macau, á semelhança de Hong-Kong, a passagem dos individuos chinas para paizes estrangeiros.

«Como tive a honra de previnir a v. ex.^a nos meus relatorios sobre este assumpto, deverá sentir-se no cofre de Macau uma sensível diminuição, em virtude da medida que acaba de adoptar-se; muitos individuos serão affectados em seus interesses, quer directa, quer indirectamente, e isto produzirá uma certa crise em Macau; a crise será temporaria, as faculdades da parte da população prejudicada dedicar-se-hão, pouco a pouco, a negocios mais decentes e seguros, a receita publica affluirá aos cofres e, passado algum tempo, será restituído o equilibrio.

«Effectivamente ter-se-ha effectuado uma grande reforma, aconselhada pela moral, pelo commercio das nossas relações internacionaes, e pela dignidade da nação; por quanto se o defeito não era nosso, é evidente todavia que a permissão d'este systema de emigração pela nossa parte e a sancção do governo portuguez em contractos aqui feitos, lhe impunha responsabilidades.

«Agora é meritoria esta prohibição, por quanto acusa ella o maior desinteresse e é feita desassombradamente, por ser isenta de qualquer pressão estranha; e não podemos affirmar que mais tarde viesse a acontecer assim.

«Congratulo-me pois com v. ex.^a pela adopção d'esta providencia, que tem sido muito honrada pela imprensa ingleza, e que justificando o nosso desinteresse e abnegação, livra Portugal de formidaveis accusações; e pode v. ex.^a estar certo que durante o tempo que aqui me demorar empregarei todo o desvelo em suavisar esta transição, que não deixa todavia de apresentar bastantes difficuldades».

Abolindo a emigração contractada em Macau, o governo cumpriu o seu dever. Reconhecido o mal como irremediavel, era necessario por-lhe termo promptamente. As tradições e a honra de Portugal assim o exigiam.

IV

As alterações da população desde que se aboliu a emigração em Macau, não provam que esta abolição exercesse funesta influencia na sua prosperidade.

Vejamos se o commercio augmentou ou diminuiu. Já vimos que durante o commercio de culis elle mostrou tendencias a diminuir; vejamos o que succedeu depois.

Em 1871, época florescente da emigração, foi o commercio o seguinte (em patacas):

	Commercio em embarcações de alto bordo	Commercio em juncos
Importação	6.387:786	1.809:775
Exportação	3.186:276	1.426:775
	<hr/> 9.574:062	<hr/> 3.236:550
Commercio geral		12.810:612

Em 1880 o commercio apresentou os seguintes resultados:

	Commercio em embarcações de alto bordo	Commercio em juncos
Importação	5.859:200	3.448:922
Exportação	3.762:738	3.510:561
	<u>9.621:938</u>	<u>6.959:483</u>

Commercio geral 16.581:421

Nas annos seguintes apresentou o seguinte resultado:

1881

Commercio em navios de alto bordo .	13.325:360
Commercio em juncos	<u>9 175:539</u>
Commercio geral	22.500:899

1882

Commercio em navios de alto bordo .	13.277:699
Commercio em juncos	<u>10.536:993</u>
Commercio geral	23.814:692

1883

Commercio em navios de alto bordo .	13.804:972
Commercio em juncos	<u>10.690:499</u>
Commercio geral	24.495:471

Assim pois o commercio cresceu, e por este lado ainda a extincção da emigração contractada não prejudicou os interesses de Macau. O commercio que em 1871 era de 12.810:612 patacas era doze annos depois, em 1883, de 24.495:471; proxima-mente duplicou.

Com a prohibição da emigração os rendimentos publicos diminuíram. Em 1872-73 o rendimento publico era de 308:012\$748 réis.

No anno economico de 1880-81 a receita cobrada foi de 389:807\$745 réis e a despesa de 369:874\$101 réis.

Dez annos depois no orçamento de 1882-83 eram computadas em 506:807\$000 réis.

As despesas em 1871-72 eram de 266:344\$736 réis e em 1882-83 eram avaliadas em pouco mais de 300:000\$000 réis.

Em 1883-84 os rendimentos de Macau eram de 538:507\$000 réis.

Em 1884-85 os rendimentos publicos eram avaliados em 675:627\$180 réis, e a despesa, incluindo Timor, era de 456:221\$931 réis.

Não houve pois diminuição das receitas publicas, antes estas augmentaram depois de abolida a emigração.

Tudo prova claramente que não foi prejudicial a extincção da emigração, nem em relação á população, nem ao commercio, nem ás rendas publi-

cas, e poz termo a uma origem perpetua de corrupção, e a uma causa de depressão da moralidade e da actividade commerciaes d'aquella provincia.

V

A instrucção da população de Macau está muito pouco desenvolvida mesmo entre a parte portugueza: a parte china manifesta um descuido grande que chama a attenção. Existe uma escola de instrucção primaria unicamente para o sexo feminino, e essa é frequentada por 30 a 40 alumnas, de que a maior parte comparece com muita irregularidade; as escolas para o sexo masculino teem maior numero de alumnos, e a frequencia é muito mais regular.

A população, emquanto ao grau de instrucção, apresenta as seguintes circumstancias. O total da população em 1878 era de 68:086: d'esta sabia ler:

Homens chinas.....	19:510		
Não chinas.....	1:610		
		21:120	
Mulheres chinas.....	372		
Não chinas.....	1:564		
		1:936	
			23:056
Não sabem ler:			
Homens chinas.....	20:555		
Não chinas.....	727		
		21:282	
Mulheres chinas.....	23:095		
Não chinas.....	653		
		23:748	
			45:030
Total.....			68:086

D'aquí se segue que de 100 chinas sabem ler 32 e não sabem ler 68; e entre os não chinas sabem ler 70 por cento, e não sabem ler 30 por cento. Na população de Macau, propriamente dita, a proporção é differente: d'esta sabem ler 1:610 varões, e não sabem ler 727: das mulheres sabem ler 1:564, e não sabem ler 653. Na população portugueza de Macau em cada 100 sabem ler 75, e não sabem ler 25, numeros redondos. Na popula-

ção procedente de Portugal sabem ler em cada 100 individuos 49, e não sabem ler 51.

Deduzindo, porém, os menores de 1 a 10 annos, sabem ler nos naturaes de Macau 89,23 por cento, e não sabem ler 10,77 por cento; e na população procedente de Portugal sabem ler 49,4 por cento, e não sabem ler 50,6 por cento.

A instrucção do sexo feminino, sendo a população de 25:684 mulheres, tem 1:936 mulheres que sabem ler, ou 7,50 por cento; e que não sabem ler 23:748 mulheres, ou 92,46 por cento. As mulheres chinas são muito mais numerosas do que as não chinas, pois que das primeiras sabem ler 372, e das segundas sabem ler 1:564 ou 70,5 por cento.

Existe uma escola de pilotagem, que habilita individuos para o serviço nautico de outros paizes, por que em Macau faltam navios portuguezes. Esta escola é pouco frequentada.

O seminario de S. José onde se ensina instrucção primaria, portuguez, inglez, latim e lingua chineza, é pouco frequentado e não dá nem padres, nem individuos habilitados para qualquer profissão.

Além das escolas publicas ha 16 escolas particulares, frequentadas por 407 alumnos, sendo 245 do sexo masculino e 162 do feminino.

Na escola commercial ensina-se portuguez, in-

glez, chinez, arithmetica, algebra, geometria, escripturação mercantil, rudimentos de physica e chimica, geographia, historia e doutrina christã. Frequentam esta escola ha poucos annos 69 alumnos.

Ha mais 4 escolas onde se ensina a lingua ingleza, e uma onde se ensina o francez.

Uma escola de catechése dirigida por duas professoras, uma china, outra por uma irmã da caridade para ensino de chinas e portuguezes.

O estabelecimento denominado de Santa Rosa de Lima, está estabelecido no antigo convento de Santa Clara, e dá ás creanças uma educação esmerada.

Em geral pode dizer-se que a educação das mulheres portuguezas é mais cuidada em Macau que a dos homens, e comtudo ha meios para que uns e outros encontrem a instrucção necessaria, logo que se estabeleça um lyceu onde a instrucção secundaria seja ampla e convenientemente ministrada.

A população china é muito menos instruida, sobretudo as mulheres. O numero das escolas é comtudo grande, mas os chinas não as frequentam. Ha 70 escolas para o sexo masculino, mas a média da frequencia em cada escola é de 22 alumnos. As escolas para o sexo feminino são 3 e a média da frequencia é de 14 alumnas.

O numero de creanças chinas residentes em Ma-

cau, é de 10:223, e ás escolas concorrem 1:576. É diminuitissimo, como se vê, este numero. Muitos chinas, é bom notal-o, aprendem a ler com os parentes, e por isso a frequencia das escolas é tão limitada.

TIMOR

TIMOR

Em 1832 o desembargador da Relação de Goa, Gonçalo de Magalhães Salvador Pinto, nas Memórias sobre as possessões portuguezas da Asia, que escreveu n'esta época, dizia de Timor:

«Timor, como já se viu, é a mais pobre das possessões da Asia. Não ha n'ella agricultura, nem commercio, nem é facil haver algumas d'estas occupações sem grandes e penosos esforços, principalmente se á custa da nação forem feitos.

«Os timores são nimiamente perguiçosos e incapazes de cuidar da cultura das terras, nem de outros empregos trabalhosos, de que o proveito é incerto. Se os obrigassem a isso desertavam para os territorios visinhos. É necessario para adiantar aquelle paiz uma ou mais colonias de familias europeas, que se empregassem na agricultura e no commercio, e depois de algum tempo os nativos irão

seguindo o exemplo dos brancos e se acostumarão a trabalhos necessarios para as commodidades da vida. Seria conveniente crear uma companhia para esse fim, cedendo-lhe pelo tempo, que parecesse justo, toda a jurisdição, mas essa muito inferior, como em outro tempo se praticou com as capitarias da Africa e do Brasil, alterando sómente o que as luzes e suavidade de costumes do tempo actual exigem se altere ».

Timor é um governo dependente de Macau, e foi n'outro tempo dependente da India. A sua administração tem sido frouxa e desordenada; divide-se em commandos militares, cujo numero tem variado, dependendo isso em parte do numero de officiaes de que se pode dispor. Cada um d'estes commandos governa certo numero de regulos, pela maior parte chamados reis. A cultura tem arroteado algumas terras, e a cultura do café, que é uma grande riqueza, tem prodigiosamente crescido.

Timor é ainda hoje um *onus* para Macau, que precisa todos os annos cobrir-lhe o *deficit*, mas é cada vez menor esse *deficit*, e as circumstancias vão melhorando notavelmente.

Em 1832 a receita publica era de 2:000\$000 réis, hoje é ella de 48:000\$000 réis aproximadamente. As despesas tem crescido, como é natural, comtudo a desigualdade entre a receita e a despesa é muito diminuta e em breve será nenhuma.

O commercio cresce rapidamente, e a seguinte tabella o demonstrará claramente:

ANNOS	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	TOTAL
1881.....	204:288\$481	530:727\$285	735:015\$766
1882.....	203:951\$334	371:706\$094	575:697\$428
1883.....	208:165\$540	469:129\$687	677:295\$227
1884.....	200:795\$098	439:608\$978	638:381\$076

Os direitos da alfandega apresentam o seguinte progresso:

1881.....	65:892\$737
1882.....	36:045\$840
1883.....	43:832\$823
1884.....	36:868\$484

A prosperidade de Timor é evidente, e os viajantes confirmam esses progressos.

INDICE

INDICE DO VOLUME IV

A

	PAG.
Actual colonia da India	43
Administração de Timor	178
Algodão na India, duas castas	31
Augmento da importação em Goa	51

C

Café na India	32
Caminho da India	8
Commercio em Damão	100
« em Macau	152
« em Timor	179
Communidades agrarias	14
Convenção monetaria	57
Communicações com os productores de sal	46

D

	PAG.
Damão	95
Descobrimento do caminho da India	7
Descripção do territorio da India	13
Desequilíbrio em Goa de receita e de despeza	11
Diu	105
Dominio castelhano; invasões holandesas fizeram-nos per- der muitas conquistas	10
Dominio portuguez não penetrava além da costa da India	9

E

Emigração não fazia prosperar Macau, mas enriquecia es- trangeiros	161
Emigração por Macau	131
Estabelecimento de Macau	115
Estatistica commercial de Macau	165
Expedições á China	113
Existencia das salinas	47
Extincção do arsenal	71

F

	PAG.
Fabricas em Diu.....	408
Ferreira do Amaral na India.....	120
Frades na India.....	89

I

Ilha de Diu.....	107
Impostos do sal e do alcool.....	37
Inconvenientes das communidades para a agricultura....	18
Industria em Damão.....	99
» e agricultura na India.....	22
Instituição das companhias na India.....	12
Instrução em Damão.....	100
» publica na India.....	75
» » em Macau.....	169

J

	PAG.
Janinfante	7

M

Madeiras de construcção na India	32
Mais impostos na India.....	12
Modo de cultivar as terras em Nagar Avely	97
Mortalidade dos diversos emigrados.....	45
Morte de Affonso de Albuquerque. Decadencia da da India.	10
Morte do governador de Macau.....	121
Mouros percebem o inconveniente dos portuguezes irem á India.....	9

N

Nagar Avely	96
Navegação nos rios	58

O

	PAG.
Obras publicas.....	60

P

Pimenta na India.....	31
Politica de Affonso de Albuquerque.....	16
População de Macau.....	124
» na India.....	41
Praça de Damão.....	96
Privilegios de navegação dos navios de Macau.....	117
Produção agricola em 1878.....	25
» de trigo na India.....	29
Prohihe-se a emigração de culis.....	146

R

	PAG.
Razões que nos fizeram perder o dominio na India.....	83
Receitas de Timor	179
» publicas na India.....	23
Regulamento para a emigração por Macau em 1860.....	136
Rendimento da fazenda na India.....	43
» das alfandegas de Timor	179
» de Nagar Avely	97

S

Santa Rosa de Lima em Macau	172
Sementeira de trigo, milho e bazury	30
Suppressão de emigrantes vão alterar o bem estar de Macau.....	128
Systema para a transformação das communidades, do sr. Teixeira Guimarães.....	18

T

	PAG.
Timor	177
Tratado com a China de 1843	119
» com a Inglaterra. Caminho de ferro.....	35
Tribunaes na India	79

V

Vasco da Gama. Viagem	8
Venda de espiritos	48
